

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR:
DESAFIOS DO TRABALHO COLETIVO NA ESCOLA**

JOELMA TROVO BELMONTE

**A PERCEPÇÃO DO TRABALHO DO ORIENTADOR ESCOLAR ATRAVÉS DO OLHAR
DO PROFESSOR NO ENSINO FUNDAMENTAL**

São Leopoldo

2016

Joelma Trovo Belmonte

A PERCEPÇÃO DO TRABALHO DO ORIENTADOR ESCOLAR ATRAVÉS DO OLHAR
DO PROFESSOR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão e Supervisão Escolar, pelo Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar: Desafios do trabalho coletivo na escola da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. MS Patrícia Grasel

São Leopoldo

2016

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, é sobre a percepção do trabalho do Orientador Escolar através do olhar do professor do ensino fundamental, em escolas públicas e particulares na região da grande Porto Alegre, dentro da abordagem metodológica de estudo de caso. A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados 12 questionários, demo-estruturados, que foram respondidos por professores do ensino fundamental da região. A análise dos dados coletados foi feita à luz da teoria dos autores Cortella (2014), Giacaglia e Penteado (2015), Miranda (2009), Relvas; Metring e Sampaio (2016), Theodoro e Karnal (2015), Tardiff (2002) Vasconcellos (2009), Veiga (2013) e Vieira (2016), bem como as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Constituição Federal do Brasil de 1988, dentre outros. Como resultado dessa pesquisa, destaca-se que os professores do ensino fundamental da região pesquisada consideram importante a função do Orientador Escolar, entretanto, desconhecem quais são suas reais atribuições, limitando o profissional a alguém que corrige problemas de comportamentos disciplinares dos alunos e faz encaminhamentos para outros profissionais externos à escola. É de suma importância que aquele que ocupa o cargo de Orientação Escolar nas instituições de ensino particulares e públicas da região busque formação no conhecimento das leis que regem a profissão, a fim de que sua atuação seja mais efetiva no processo ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Orientador Escolar. Leis. Ensino Fundamental. Comportamento. Disciplina.

ABSTRACT

This is a research about the perception of the Guidance Counsellor job through the teacher's understanding at the elementary school, at public and private schools in the region of Porto Alegre, from qualitative type with a methodological approach of case study. The research instrument were 12 (twelve) demo-structured questionnaires that were answered by elementary school's teachers from that region. The theoretical framework was based upon Cortella (2014), Giacaglia and Penteado (2015), Miranda (2009), Relvas; Metring and Sampaio (2016), Theodoro and Karnal (2015), Tardiff (2002), Vasconcellos (2009), Veiga (2013), Vieira (2016), as well as, upon the Guidelines and Bases for National Education (1996), Children and Adolescents Statute (1990), Brazilian Federal Constitution (1998) among others. As result from this research highlight that elementary school teachers from the researched region consider the Guidance Counsellor as an important function, however they do not know what are the actual assignments of the post. Teachers limit the Guidance Counsellors as a professional that corrects and disciplines behavior of the students and forwards them to another external professionals from outside of school. It is important that the person in charge of Guidance of public and private school of the region improves his/her knowledge and information about laws governing this function in order to act in the teaching and learning effectively.

Keywords: Guidance Counsellor. Laws. Elementary Education. Behavior. Discipline.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Escola e família – Contexto atual.....	12
2.2 Os saberes docentes	17
2.3 Legislação.....	21
3 METODOLOGIA	34
3.1 A região metropolitana de Porto Alegre.....	34
4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	36
5 CONCLUSÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE – QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO	60

1 INTRODUÇÃO

Nas escolas, é crescente a demanda de alunos com laudos médicos por transtornos mentais, e de outros que não são “laudados”¹, mas que em sala de aula apresentam dificuldades de aprendizagem ou de interação social. Segundo Miranda (*apud* Miranda, 2000, p. 19), são considerados alunos com problemas de aprendizagem os que:

[...] não conseguem acompanhar o ritmo da turma e apresentam dificuldades na leitura e escrita, na memorização e cópia, em conceitos básicos de matemática, entre outros. Manifestam por vezes atitudes agressivas, falta de iniciativa e de interesse pelas atividades propostas pelo professor. A maioria dos alunos é repetente por vários anos e não demonstra um desenvolvimento satisfatório. (2009, p.18).

Há, também, aqueles alunos com problemas familiares, seja por momentos de rompimentos de relacionamentos na família, ou por ausências dos pais que trabalham ao longo de todo dia, quando os filhos precisam ficar por tempo integral em escolas, com empregados ou com algum parente. Além disso, pais delegam - muitas vezes, de forma inconsciente, - à escola a condução da educação de seus filhos, pois não se “acham” capazes devido ao despreparo que é formado por avalanches de problemas socioeconômicos e culturais da sociedade brasileira contemporânea. Vivemos em um mundo globalizado² o qual oferece-nos inúmeras oportunidades, ao mesmo tempo em que nos cobra atualizações tecnológicas, formações constantes e consumismo exacerbado. Isso faz com que necessitemos estar muito tempo fora de nossos lares ou, mesmo em casa, em tarefas que consomem o tempo que teríamos, outrora, ocioso e para o lazer com nossas famílias.

Por outro lado, o governo esforça-se para manter alunos nas salas de aulas, através de instrumentos sociais que irão garantir sua permanência:

O programa de transferência de renda acompanha de perto a situação das crianças em sala de aula, que precisam comprovar 85% de frequência. [...]

¹ Denomina-se *laudado* aquele que possui um laudo médico que descreve a doença ou o transtorno de que sofre determinado indivíduo. Esse vocábulo não é encontrado em dicionários, pois ainda não foi incorporado à escrita normativa, sendo popular na linguagem médica.

² Segundo Zygmunt Bauman: “[...] ‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo ‘globalizados’ — e isso significa basicamente o mesmo para todos.”. (Grifos do autor)

A evasão dos alunos do Bolsa Família é menor quando comparado com a média dos alunos do Censo Escolar de 2010. No ensino fundamental, a taxa de abandono dos beneficiários é de 3%, enquanto no total é de 3,5%. No ensino médio essa diferença é ainda maior - 7,2% dos alunos do programa contra 11,5% dos demais. ³

Os planos de educação do governo brasileiro⁴ têm como premissa manter todas as crianças e adolescentes em sala de aula a qualquer custo. As reprovações são indesejáveis, ao mesmo tempo em que os alunos são avaliados por provas padrões⁵ em toda a União e, conseqüentemente, por professores e instituições escolares. O retorno positivo dependerá dos resultados alcançados. Não importa o que há por trás dos números, como eles aconteceram, quem e como se trabalhou para que eles acontecessem. Importa é o que se ganhará através deles. No cotidiano escolar, as relações entre os professores, professores-alunos e professores-equipe diretiva podem ficar estremecidas pelo estresse que a profissão produz e, muitas vezes, ser ouvido é imperativo para manter um ambiente tranquilo. Enquanto a equipe diretiva, por vezes de forma autoritária, exige do professor o cumprimento dos planos curriculares, o preenchimento de chamadas e planilhas de notas (entre outros documentos), o professor deve atender às salas de aula com número elevado de alunos que, não raro, são reticentes em prestar atenção às aulas e cumprir com as propostas de atividades do professor o qual, muitas vezes, na busca de melhores remunerações, exerce as funções docentes por dois ou três turnos, o que lhe dificulta a criar aulas diferenciadas que sejam atrativas ou que atendam às expectativas dos discentes.

Na maioria dos países ocidentais, os sistemas escolares veem-se hoje diante de exigências, expectativas e desafios sem precedentes. É no pessoal escolar, e mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força. [...]. Exige-se, cada vez mais, que os professores se tornem profissionais da pedagogia, capazes de lidar com inúmeros desafios suscitados pela escolarização de massa, em todos os níveis do sistema de ensino. (TARDIF, 2014, p. 114-115).

³ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/11/programa-de-transferencia-de-renda-aumenta-aprovacao-e-permanencia-na-escola>. Acesso em 10.01.2016

⁴ FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação financia vários programas na área da educação, desde creches ao financiamento universitário. <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 21.09.2016.

⁵ SAEB (Aneb e Anresc); Prova Brasil e Provinha Brasil. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em 10.01.2016.

Além disso, em alguns casos, há dificuldades de alguns professores em relacionar-se com os próprios colegas, seja pelas diferenças de personalidades, por fatores emocionais ou psicológicos que os afligem, seja por influências do próprio meio ou de concepções de valores, o que é saudável, desde que não se torne motivo de estresse e causa de atritos na sala dos professores e corredores da escola.

Todas essas situações necessitam de alguém que saiba apoiar e conduzir momentos de insegurança e conflito; que seja um mediador entre escola, família e a comunidade; que aja com serenidade, cautela e discrição; que leve informações e, ao mesmo tempo, que ofereça possíveis soluções. Nos redutos escolares, o Orientador Escolar é o profissional que tem a incumbência de desempenhar essas funções. É para ele que casos de atritos entre relacionamentos e comportamentos de alunos são encaminhados, e é dele que se espera intervenções que promovam melhor convívio entre discentes, docentes e familiares. O SOE – Serviço de Orientação Escolar, que hoje já não se denomina assim (entretanto, em muitas instituições, existe nos mesmos moldes do passado), ainda é aquela porta em que todos batem quando ocorre algum problema, ou quando se quer um conselho para solucionar alguma questão de ordem disciplinar.

Sendo assim, essa pesquisa tem como problemática as seguintes questões:

Qual é a função do Orientador Escolar?;

Qual a efetividade das ações, tomadas pelo Orientador Escolar, que interferem ou auxiliam o professor no cotidiano escolar?;

Quem pode exercer a função de Orientador Escolar?;

O que rezam as leis educacionais sobre a matéria?;

Os PPPs das escolas contemplam o lugar do Orientador Escolar?

Essas questões precisam ser respondidas e discutidas no âmbito escolar, pois percebe-se que o Orientador Escolar, em algum momento, é visto como “apagador de incêndios”, ou mero disciplinador que pune aos indisciplinados.

Responder às perguntas aqui postas requer certa cautela e paciência. Cautela porque não se pode fundamentar em hipóteses. Paciência para estudos sobre a legislação, referenciais teóricos e levantamentos de dados reais.

O ambiente escolar é, comumente, dinâmico e desafiador. Como todo espaço que recebe e acolhe pessoas, principalmente crianças e adolescentes, todos os dias é um reinício, uma retomada, um reinventar. Famílias chegam e matriculam seus

rebentos, depositando naquela instituição a crença de que serão bem cuidados, receberão a atenção e o conhecimento que necessitam para se formarem cidadãos conscientes e capazes de se manterem em uma sociedade competitiva. Sendo assim, também é preciso conhecer um pouco dessas famílias.

Fala-se na educação holística⁶, cuja base do ensino e aprendizagem está na experiência de cada um, no ser como um todo, em relação a: conhecimento, espiritualidade, sentimento, físico, psíquico e psicológico. É necessário conhecer e entender para que o processo de ensino e de aprendizagem aconteça. O professor passa a ser um mediador entre a teoria e a prática e, por vezes, precisa ser um terapeuta, diante de situações que esbarram no cognitivo e impedem o aluno de ir adiante.

Os educadores atualmente precisam conhecer esse incrível mundo chamado Cérebro Humano, para elaborar, definir e organizar melhor conceitos sobre aprendizagem, identificando por meio do sistema nervoso central seus processos e como produzem modificações mais ou menos permanentes, que se traduzem por uma modificação funcional ou comportamental, de forma a permitir uma melhor adaptação do indivíduo ao seu meio como resposta a uma solicitação interna ou externa do organismo. (METRING; SAMPAIO, 2016, p. 203).

Tais situações poderão ser deficiências de aprendizagem, transtornos psíquico-mentais, ou manifestas por meio da presença de alunos de inclusão ou de alunos com alguma deficiência física. Entretanto, não foi o professor que efetuou a matrícula, que recebeu a família e preencheu a ficha. Ele somente saberá quem é o aluno quando esse entrar em sala de aula com outros tantos. E essa situação poderá ser repetida, pois a movimentação de alunos está disponível ao longo de todo ano letivo. Há aqueles que mudam de uma cidade para outra e os que saíram da escola e depois retornam. As variáveis são muitas. E é nesses momentos que o professor sente a necessidade de ter informações que lhe darão subsídios e orientarão no trabalho com o aluno. Ele precisa saber a vida pregressa daqueles alunos, em especial, dos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou que não conseguem se integrar socialmente. É importante compreender essa demanda que

⁶ Segundo Neiva Cabral Juliano, em seu artigo *As Metodologias Educacionais na Concepção Holística de Ensino aprendizagem*, "A pedagogia que trabalha com a abordagem holística, entende que o homem é um todo indecomponível, e que não pode ser explicado pelos seus distintos componentes (físico, psicológico e psíquico)." Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0080.pdf> Acesso em 21.09.2016.

está em sala de aula, durante e ao longo de sua carga horária, para saber que ações deverá tomar com os alunos que precisam de atenção diferenciada, podendo, assim, incluí-los no processo de ensino daquela (s) turma (s).

Igualmente, as famílias querem e devem acompanhar o desempenho escolar de seus filhos. Mesmo sendo o professor o norteador da informação, é necessário que exista um intermediário para recebê-los, pois nem sempre o professor terá disponibilidade para atendê-los, porque na maior parte do tempo, encontra-se em sala de aula. Além disso, visitar as famílias buscando compreender certos comportamentos de alunos tem grandes efeitos sobre os seus aproveitamentos e desenvolvimentos acadêmicos.

Os alunos devem perceber que a escola não é só um lugar de cobranças, de preencher cadernos, fazer provas e “ganhar notas”. Também pode ser um lugar aprazível de trocas de experiências, de aquisição de conhecimentos, de formação de grupos de amigos, e que os professores, a equipe diretiva e os funcionários também fazem parte desses grupos. Para isso, é importante que a escola ofereça momentos de integração e vivência entre alunos, professores, direção e funcionários.

Fazer o mapeamento das peculiaridades de cada turma e traçar planos de ações baseados nas suas características e potencialidades poderá minimizar ou antever problemas. Esse assunto será tratado no decorrer deste trabalho.

Quando lidamos com pessoas, preservar o bem-estar, proporcionar momentos de criatividade e de autonomia em ambiente que envolve processo de ensino e aprendizagem são imprescindíveis para que ocorra conhecimento, através da soma de habilidades, com atitudes que acrescentem valores e fortaleçam a espiritualidade, considerando-se o homem como um ser único que se reconhece com o outro. É essencial a figura do Orientador Educacional, ou daquele que exerce essa função na escola, pois esse será a “ponte” que ligará os extremos e unirá as partes que estão envolvidas em todo o processo.

Por tudo isso, este trabalho tem como objetivos:

- a) Identificar como o professor percebe o trabalho do Orientador Escolar na escola;
- b) Analisar a colaboração do Apoio Pedagógico Educacional entre alunos, professores, família e comunidade escolar.

Para tanto, o capítulo dois apresentará o referencial teórico sobre leis, documentos escolares (como PPPs – Projetos Políticos Pedagógicos e autores referenciais que tratam da matéria). No terceiro capítulo, teremos a metodologia com levantamento de dados feitos através de questionários e entrevistas com professores de escolas públicas e particulares da região do Vale do Rio dos Sinos, os quais possibilitarão a elucidação das respostas às perguntas que geraram e serão norteadoras desta pesquisa. E no quarto capítulo, será apresentada a análise dos dados coletados, conforme retorno dos questionários aplicados e respondidos. Por fim, o último capítulo trata das considerações finais, contrapondo os estudos bibliográficos realizados e as respostas dos professores respondentes dos questionários, no intuito de responder às questões que problematizam esta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, contextualizo as relações família e escola na atualidade educacional e social. Essas duas instituições precisam estar imbuídas no processo ensino e aprendizagem e na formação do aluno enquanto cidadão e para seu preparo ao mundo do trabalho. O artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988) garante ao cidadão direitos que contribuirão em sua formação íntegra para atuação social:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Da mesma forma, o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), seguem os parâmetros da Carta Magna, ao reforçar o dever da família e do Estado no que tange à formação plena do indivíduo:

Art.2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

Nota-se que o desenvolvimento cognitivo está inserido em um conjunto de tantos outros aspectos a se considerar na educação e formação do aluno, sejam físicos e intelectuais, psíquicos, emocionais e as inter-relações sociais, imprescindíveis para o sucesso acadêmico.

Faz-se importante, também, compreender quais são os saberes docentes do educador, as competências necessárias para interagir com o aluno e o contexto onde estão inseridos.

E, por último, apresento algumas leis administrativas, pedagógicas e que disciplinam as interações sociais escola-família que regem o ambiente escolar, dentre estas: Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990); Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Educação Básica e Valorização do Magistério - FUNDEB; Plano Nacional de Educação – PNE (2001); Piso Salarial (2008).

2.1 Escola e família – Contexto atual

Vivemos um mundo de mudanças. Todos os dias, acordamos ouvindo notícias que nos geram impasses e incertezas. O que era ontem, hoje já não é mais ou, pelo menos, sofreu alguma mudança. Temos muitas novidades tecnológicas e comportamentais, o que era tradicional, já não é mais. Mudou muito rápido e não estávamos preparados para lidar com a nova situação. Janice Theodoro (2015, p.49, grifos da autora) ressalta que:

Muitos pensam que a comunicação e a tecnologia são a *pedra de toque* da sociedade contemporânea. Eu diria que ambas são partes de um profundo processo de transformação [...]. Hoje tudo muda a toda hora, tornando difícil a sobrevivência dos homens que constituíram hábitos, costumes, tradições e que resistem a formas diferentes de vida.

Diariamente, somos “atropelados” por novas ideias, informações e conceitos. Essas alterações criam um mundo atribulado por adversidades, e isso faz com que as pessoas andem em ritmo acelerado. Os conflitos de gerações, que sempre existiram, tornaram-se mais complexos, pois os jovens estão mais informados e conseguem argumentar posicionando-se de forma que há alguns anos não o fariam. É neste turbilhão que famílias e escolas estão inseridas, buscando conciliar hábitos e vivências com o campo epistemológico.

Voltadas para um mesmo objetivo, que consiste na formação e educação do indivíduo - neste caso, representado pelo ente familiar e aluno -, faz-se necessário que cada instituição, escola, família e governo, através da Constituição Federal (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e da Lei 9.394/96, faça cumprir os direitos e deveres, respeitando e colaborando com o desenvolvimento físico e intelectual de cada criança e adolescente, dentro de seu ritmo e limites de aprendizagem. Para que isso aconteça, é importante e salutar que existam transparência e regras que permitam direitos e deveres de ambas as partes (indivíduos e instituições). A família deve procurar a escola que melhor se adéqua ao seu estilo de vida evitando, por exemplo, as escolas mais tradicionais⁷, caso queira um ensino mais voltado ao método cognitivista⁸. Por outro lado, a escola deverá

⁷ Entende-se, aqui, por tradicional a escola voltada aos conteúdos, às práticas de memorização, ao processo dedutivo, do abstrato para o concreto, através do método expositivo e explicativo.

⁸ Parte-se do conhecimento do aluno que se torna autônomo de seu aprendizado e o pesquisador no processo de ensino e aprendizagem.

oferecer e cumprir com sua proposta pedagógica, que será o alicerce na educação formal do aluno. Segundo Cortella (2014, p. 17), “educação é tudo aquilo que nos molda, nos orienta, nos organiza em nossa trajetória, o que inclui também a escola.”

Os alunos, quando chegam às escolas, já trazem consigo uma bagagem social carregada de valores e de atitudes que aprenderam no âmbito familiar, primeira instituição social. No convívio com o outro, é necessário que aprendam a compartilhar espaços e experiências. Sendo assim, a disciplina é fundamental para que se respeite e se aceite as diversidades que são normais no meio escolar, seja por diferenças de classes sociais, por hábitos e costumes, seja nas diferenças de concepção de mundo. O filósofo Vasconcellos (2009, p. 26), afirma que:

No processo de construção da disciplina escolar, a família tem papel importante, seja no sentido de buscar conjuntamente alternativas de superação de problemas, seja porque no lar se encontra, em alguns casos, a origem das primeiras distorções em termos de comportamento e sua postura colabora para a reprodução ou para a transformação de tais atitudes.

A disciplina serve não só para as relações comportamentais. Ela é fundamental para a organização do aluno, seja como preparação para os estudos, seja para momentos de concentrar-se no seu aprendizado. E isso serve não só para o espaço escolar, como também no contexto familiar. De acordo com Cortella (2014, p. 26),

Não se deve confundir disciplina com castigo. [...] Disciplina é algo ligado ao campo do método, da dedicação. Uma criança, um jovem ou um adulto que não tiver disciplina para o estudo, esvazia seu potencial de eficiência. [...] Disciplina é sinônimo de método, dedicação e aplicação.

Não é somente a escola que forma o aluno. A formação é continuada e superar desafios e conquistar a autonomia do conhecimento e de habilidades se adquire no cotidiano, através do convívio com o outro e das próprias experiências.

Diante disso, a família deve estar presente e interessar-se pelo ensino e aprendizagem, acompanhando tarefas, atividades extraclasse, sendo presente nas festividades e reuniões escolares, participando da vida acadêmica, estabelecendo limites com cuidado e afeto. Mantendo diálogo franco e sincero com professores e direção, ela contribuirá para um melhor convívio e desempenho do aluno.

Por sua vez, a escola tem o papel de permitir à família acesso às informações escolares, contribuindo para que sejam possíveis, flexibilizando horários de reuniões e possibilitando atendimentos individuais, sempre que necessário.

Por outro viés, Vieira (2016, p.14), afirma que:

[...] a sociedade contemporânea está sob efeito da adolescentização. Isto quer dizer que o lugar do adulto está vago no processo do ensino e aprendizagem. Vive-se o momento da jovialização, ou seja, as crianças e adolescentes estão órfãos de adultos que possam ajudá-los a ter responsabilidades e atender aos seus limites.

Corroborando com as palavras do autor, pesquisas – IBGE⁹ e IBOPE - apontam mudanças de comportamento entre pais e filhos, reflexo do mundo do trabalho e uso das tecnologias. O que temos, na atualidade, são pais com pouco ou nenhum tempo para atender seus filhos, compensando essa falta com o consumismo, e mães com dupla jornada de trabalho, sendo responsáveis pelo lar e na subsistência da família. Isso, de certa forma, reflete na educação e no comportamento escolar. Pais, muitas vezes, não conseguem deixar claro o que esperam dos filhos em relação aos estudos, porque não estão preparados para argumentos que sejam convincentes, ou o tempo de que dispõem não é suficiente para diálogos eficazes.

Por outro lado, algumas escolas transferem aos pais os problemas de aprendizagem dos alunos, não dando conta do seu papel como instituição de ensino. Alguns professores atribuem as dificuldades de aprendizagem a transtornos

⁹ Segundo pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - 2006, o perfil das mulheres brasileiras no mundo do trabalho e responsáveis pelo domicílio era: de 2.7 milhões, 29,6% estavam ocupadas; 62,9% estavam com 40 anos de idade ou mais; 38,4% com menos de 8 anos de estudos; 50,6% não tinham cônjuges e moravam com os filhos, dentre estas, 47,1 % tinha pelo menos um filho com idade inferior a 15 anos e 28, 5% tinham todos os filhos com menos de 15 anos; 29,8% ocupavam postos de trabalhos informais; 21,9% trabalhos domésticos; 78,6 recebiam rendimentos inferiores a três salários mínimos. Mulheres ativas no trabalho e responsáveis por seus domicílios tiveram um crescimento de 25,6% (2002) para 28,1% (2006). Segundo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística), em 2003, 35% dos jovens acessavam a rede; em 2013 esse número passou para 85%. A busca por informações na internet (77%) e entretenimento (67%) eram os principais motivos de acesso. Fontes: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Consumo-da-internet-pelos-jovens-brasileiros-cresce-50-em-dez-anos-aponta-IBOPE-Media.aspx>. Acesso em 05.11.2016.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/apresentacao_mulher_responsavel.pdf. Acesso em 05.11.2016.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/trabalho_mulher_responsavel.pdf. Acesso em 05.11.2016.

mentais, nem sempre existentes, ou a indisciplinas comportamentais dos alunos. Poucos são os que se questionam quanto às suas metodologias de ensino.

As chamadas da família à escola, em geral, são para reclamações sobre comportamentos do aluno ou por não ter cumprido seus deveres, como apresentar as atividades escolares. Dificilmente, os pais são chamados para ouvirem elogios. Vasconcellos (2009, p.212) chama de “Síndrome de chamamento dos pais” quando esses são convocados à escola por qualquer motivo. Com a reincidência de chamados, perde-se a significância e torna-se algo corriqueiro. Alguns pais chegam a agredir os filhos; outros julgam a escola incapaz de resolver os problemas e há alunos que já não se importam, pois sabem que “vai dar em nada”. O discurso fica vazio, sem significado. Prática interessante seria chamar pais de alunos que são destaques por seu desenvolvimento cognitivo e interação social para que recebam elogios. Tal atitude é uma estratégia para valorizar alguns e aguçar o desenvolvimento de outros, pois todos querem e precisam ser elogiados.

Normalmente, os pais culpam a escola e os professores culpam as famílias pelos fracassos escolares.

Para dirimir ou, pelo menos, amenizar o distanciamento entre escola e família, os círculos de pais e mestres, conselhos escolares ou a formação de grupos para/e participação dos pais em trabalhos voluntários na escola são boas alternativas, afirma Vasconcellos (2009, p. 193). Esclarecer dúvidas, apresentar as normas e regras da escola, bem como os direitos e deveres de ambas as partes no Regimento Escolar e no Projeto Político e Pedagógico, já na matrícula escolar, é de grande valia, evitando transtornos futuros, permitindo que a família e o aluno fiquem inteirados de suas responsabilidades e cientes do que a escola espera e oferece.

Embora estejamos vivendo em um mundo de mudanças diárias em ritmo acelerado, família e escola precisam manter diálogo constante, favorecendo a aprendizagem do aluno, encontrando juntas as possíveis soluções para dificuldades que são inerentes ao processo do ensino e à convivência social no espaço escolar.

Faz-se necessário que a escola, enquanto instituição envolvida no processo do ensino e aprendizagem, buscando a orientação e formação de cidadãos capazes de transformar a sociedade no contexto em que estão inseridos, oportunize momentos de reflexão na comunidade escolar, ou seja, de todos os profissionais que atuam na escola, alunos e seus familiares, promovendo discussões, palestras e

ações práticas que possam acentuar o desenvolvimento e crescimento pessoal daqueles que participam do processo do ensino e aprendizagem.

Conforme a Lei 9.394/96,

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Um dos desafios das instituições de ensino é dar conta dessa aproximação e cooperação entre família e escola, respeitando os limites que as separam. No entanto, a complexidade que permeia esse processo exige organização e planejamento adequados, pois irão interferir, de alguma forma, no comportamento social e cognitivo daqueles que estarão envolvidos nas diversas possibilidades e situações.

Para garantir às escolas o profissional que atuará diretamente no processo de interação entre os membros da comunidade escolar, a Lei de Diretrizes e Bases 5.062/71, de 11/08/1971, instituiu a obrigatoriedade da Orientação Educacional no Brasil: “Art. 10º Fica instituída obrigatoriamente a Orientação Escolar, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, a família e a comunidade.”¹⁰

Apesar de esta lei ter sido revogada, a Lei nº 9.394/96 de 08/12/1996, em vigor, mantém o profissional da Orientação Escolar, conforme artigo a seguir:

Artigo 64. A formação dos profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em curso de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

A existência do Orientador Escolar torna-se, assim, reconhecida e amparada por lei com formação específica, para que possa atuar junto aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com funções que buscam a intermediação, a cooperação e a interação no que tange ao comportamento e desenvolvimento cognitivo dos alunos.

¹⁰Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em 03.11.2016.

2.2 Os saberes docentes

Como já visto, sabe-se que as mudanças no meio ambiente são constantes e acontecem nos diversos âmbitos sociais, sejam elas relacionadas ao avanço tecnológico e todas as atualizações que requer, seja pelo comportamento humano causado pelas influências do meio, das diversidades e das experiências de vivências de cada indivíduo ou, ainda, pelas dificuldades de aprendizagem causadas por transtornos mentais e/ou deficiências físicas de várias naturezas.

O docente, por desenvolver seu trabalho diretamente com pessoas nas áreas cognitiva e intelectual, precisa e deve estar em constante atualização. Saber os conteúdos da disciplina que administra não é suficiente. É necessário estar bem informado sobre tudo, além de estar atualizado e profundamente inteirado de sua especialidade. Por isso, a formação do professor tem que ser constante.

De acordo com Tardif (2014, p. 62-64), as fontes de aquisição dos saberes do professor dar-se-ão por suas vivências e suas experiências provenientes da família; dos seus estudos básicos; das suas formações específicas pedagógicas; pelo uso de suas “ferramentas” pedagógicas; por suas práticas em sala de aula e pelas experiências de seus pares. Logo, conclui-se que a profissão professor não tem sua formação apenas na educação formal institucional. Muito das práticas do professor estão diretamente relacionadas com suas vivências, seus sentimentos e práticas que são desenvolvidas ao longo de sua carreira. Poder-se-ia dizer, até mesmo, que é uma profissão muito subjetiva, na qual o conhecimento, primeiramente, é abstrato, e tornar-se-á concreto na medida em que aquilo que se vivenciou passa a ser experimentado, ainda que nem sempre de forma acertada, mas fazendo e refazendo até que o imaginário se torne verdade.

No contexto da educação, do ensino e aprendizagem, onde os atrativos tecnológicos são ofertados aos alunos em tempo real, de forma dinâmica e atraente através da internet e das redes sociais, o professor deve ser criativo, inovador, ser firme, flexível e seguro, escolhendo modos de atrair os seus alunos para suas aulas de maneira entusiasmada e interessante, que faça-os enxergar a importância do estudo acadêmico, cobrando disciplina para o estudo e execução das tarefas, não sendo autoritário, revendo e aprimorando suas práticas, ou seja, o professor tem a função de ser mediador e facilitador do processo da aprendizagem.

Entretanto, com tantas informações, não há como aplicar e desenvolver todas, simultaneamente. A prática do professor tornar-se-á desgastante, confusa e esse acabará por não desenvolver um bom trabalho, pois o aluno percebe o despreparo do professor, o que contribui para desmotivação e desinteresse da turma. Vasconcellos (2009, p. 148-149) sugere que os conteúdos curriculares sejam selecionados e segmentados. Com tantas ofertas, os alunos estão “soterrados” por informações, no entanto não sabem o que fazer com elas e como transformá-las em verdadeiro e produtivo conhecimento. Cabe ao professor buscar envolver o aluno, em algumas vezes, provocar a necessidade do saber. O autor afirma, ainda, que o professor deve ter uma convicção crítica e estar seguro daquilo que vai ensinar, ter clareza, estar bem preparado, não ser arrogante e prepotente.

Assegura Vasconcellos (2009, p. 150-151), que uma das maneiras de abordar aulas envolventes e provocar o interesse dos alunos é tornar os conteúdos significativos à realidade, aplicando métodos diversificados, fazendo o conteúdo ser um meio e não um fim, pois a formação de conhecimento, atitudes e habilidades do aluno dar-se-á ao longo de sua vida acadêmica, ora enfatizando um conteúdo, ora outro, através de projetos, educação integral, temas geradores, estudo do meio, experimentação, problematização

Porém, não há valorização pelas práticas do professor ou pelo próprio ensino. Alunos continuam evadindo das escolas, muitos questionam se o estudo de fato faz a diferença, pois há muitos diplomados desempregados, num mundo do trabalho cada vez mais restrito e excludente. A competição exclui e promove, mas não na mesma proporção.

É necessário (re) significar o trabalho pedagógico. Buscar o verdadeiro sentido e função da escola. Diz Tardif (2014, p. 117, grifos do autor) que: “A pedagogia é o conjunto de meios empregados pelo professor para atingir seus objetivos no âmbito das interações educativas com os alunos.” É nesse sentido que o professor deve promover suas aulas de forma que provoque no aluno o interesse em aprender.

Se pensarmos na formação do aluno somente enquanto tecnólogo, deixaremos de formar o cidadão consciente, com a valoração ética e moral da verdade, do senso de justiça, capaz de resolver conflitos com autonomia, criando e recriando o meio conforme necessidades. Além disso, quer-se formar um ser solidário e participante de um mundo social saudável.

A principal função social da escola é participar do processo de humanização. Mas isso cabe a outras instituições também; qual seria a função específica da escola? *O encontro de gerações mediado, intencional e criticamente, pelo conhecimento sistematizado*. Por mais que se queira fugir, não é possível desvincular a função da escola do conhecimento. [...] há aí um aspecto muito importante do trabalho educacional escolar. (VASCONCELLOS, 2009, p. 154, grifos do autor).

Se vivemos em um mundo de constantes mudanças, é através da educação escolar que surgirão aqueles que serão capazes de transformar e modificar o mundo para que seja melhor. O professor tem que estar ciente de sua função nesse processo, sendo o mediador e articulador na formação dos seus alunos.

Cabe ao professor se compreender como sujeito de transformação e ter clareza de que está participando da formação de novos sujeitos de transformação. Ser professor é essencialmente acreditar na possibilidade de vir a ser. [...] O professor é, por excelência, articulador de sentido: por meio do trabalho com o conhecimento, ajuda as novas gerações a atribuir sentido ao mundo em que vivem. [...] O professor tem uma riqueza em mãos que é o conhecimento, pois é por meio dele que pode colaborar para que os indivíduos se localizem e entendam as relações que estabelecem e às quais estão submetidos: atribuir sentido e abrir perspectivas de intervenção. (VASCONCELLOS, 2009, p. 155).

O conhecimento do professor está além do conteúdo, da disciplina para a qual realizou sua especialização. Sobretudo, seus conhecimentos advindos de suas práticas se sobrepõem aos conhecimentos formais. São os conhecimentos humanos, aqueles que não estão contemplados no plano curricular da escola, da universidade ou de qualquer outra instituição. São os sentimentos e, dentre estes, os vínculos que se formam entre o educador e o aluno que fazem acontecer a aprendizagem do que é ensinado.

Como já mencionado anteriormente, a disciplina é importante para que haja concentração, organização e efetivo aprendizado. Segundo Vasconcellos (2009 p. 93), para que aconteça disciplina devem haver vínculos entre professor e aluno. Estes podem ser nas dimensões: formal, material, afetiva, simbólica/cognitiva, estética, prática, ética e moral. São eles que aproximam e fazem com que as pessoas se relacionem num mesmo espaço físico, com seus sentimentos, suas crenças, seus valores, suas afinidades, respeitando regras e compreendendo o lugar e a função de cada um. Os vínculos não são concretos, palpáveis, eles estão relacionados aos sentimentos, ao ser e estar. Mais uma vez, acentuam a importância do papel do professor na orientação e motivação do aluno no processo do ensino e aprendizagem, enquanto formador.

Pensamos nas diversidades de alunos que encontramos em uma sala de aula de ensino regular. Nem todos os professores estão preparados para atender alunos que apresentam distúrbios psíquicos, neurológicos ou deficiências físicas nas suas mais variadas características comportamentais e mentais. Nesses casos, são imprescindíveis laços que auxiliarão o professor nas tarefas do como agir em diferentes momentos e situações, como conduzir crises, ansiedades e dificuldades, quais os tipos de atividades possíveis e ferramentas adequadas que poderão ser usadas na realização de tarefas, nem sempre disponíveis nas escolas que sofrem por falta de estrutura.

Dentre todos, o mais valoroso dos vínculos é o afeto. É através deste que o professor consegue aproximar-se do aluno, estimulando-o e motivando-o às práticas em busca do conhecimento. Nesse sentido afirma, Tardif (2014, p.130),

[...] Um componente emocional manifesta-se inevitavelmente, quando se trata de seres humanos. Quando se ensina, certos alunos parecem simpáticos, outros não. Com certos grupos, tudo caminha perfeitamente bem; com outros tudo fica bloqueado. Uma boa parte do trabalho do docente é de cunho afetivo, emocional. Baseia-se em emoções, em afetos, na capacidade não somente de pensar nos alunos, mas igualmente de perceber e de sentir suas emoções, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios afetivos.

Nem sempre o professor conseguirá alcançar a todos os alunos, entretanto a prática que adquire ao longo dos anos de carreira contribuirá nas ações que o conduzirão a encontrar estratégias pedagógicas promovendo a aproximação e favorecendo seu aprendizado. Para Tardif (2014, p. 136), as “técnicas utilizadas pelo professor se apoiam nos seus saberes cotidianos, em conhecimentos comuns, sociais, baseados na linguagem natural.”

Conclui-se, então, que os saberes docentes do professor perpassam a ciência positivista, a ciência humana, a prática empírica, o físico e o psicológico. Isso quer dizer que os saberes estão além do epistemológico e as práticas diárias e os fazeres do cotidiano são ferramentas importantes e necessárias na condução do ensino e aprendizagem escolar.

O Orientador Escolar, por sua formação, far-se-á importante mediador entre família, alunos, professores, direção e funcionários que atendem à estrutura escolar. Cabe a ele encontrar meios que favoreçam as discussões e relações nos momentos de dúvidas, ansiedades e resoluções dos problemas e das dificuldades, não só da

aprendizagem, como das diversidades que compõem o lugar onde habitam e atuam todos os envolvidos no processo do ensino e aprendizagem.

O Or. E. tem seu trabalho voltado principalmente para o bem-estar e a felicidade dos alunos matriculados na escola onde desempenha suas funções. Ele se interessa pelo aluno como um todo, não apenas como um ser que deva ser adequadamente ensinado e que deva aprender. (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015, p. 60).

Contudo, o Orientador Escolar não deve ser confundido com um assistente social, psicólogo ou outras quaisquer profissões que poderão vir a fazer parte dos processos educacionais, apesar de contar com essas para encaminhamentos, quando se fizer necessário. Tampouco, não deve ser tratado como “a tia boazinha ou o tio bonzinho”. Deve saber ouvir e intermediar as situações que se apresentarem no cotidiano escolar, sem sobrepujar nos afetos e carinhos que tendem a levar mais para aspectos pessoais que profissionais, ou seja, esses afetos devem ser representados e oferecidos na porção certa, para que haja respeito entre as partes.

2.3 Legislação

O Orientador Escolar, assim como outros profissionais, é protegido e orientado por leis que garantem suas práticas, deveres e direitos no exercício de suas funções. Giacaglia e Penteado (2015, p.65) afirmam que:

Dadas a necessidade e a importância da explicitação das atribuições dos profissionais da área de educação, os sistemas públicos de ensino, por meio de decretos que estatuem o regimento interno para as escolas de cada rede – federal, estadual, municipal -, definem o rol das atribuições de cada profissional em educação.

Já os estabelecimentos particulares de ensino têm autonomia para incluir em seus regimentos interno as atribuições que pretendem conferir a cada um na respectiva escola.

Por conseguinte, em 21 de dezembro de 1968, o poder executivo regulamentou a Lei nº 5.564 que tratava sobre a formação específica do Orientador Escolar, dada a importância da especialização. Essa Lei foi revogada e regulamentada pelo Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973¹¹, que provê

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em 05.11.2016.

sobre o objeto, direitos, atribuições e competências específicas do Orientador Educacional, o qual se mantém em vigor.

Nota-se, pois, que é necessária formação específica àquele que irá exercer a função de Orientador Escolar, que o habilitará a atuar junto à comunidade escolar como um todo, coordenando e organizando atividades de informação, aconselhamento e acompanhamento nos diferentes espaços escolares, interagindo com tudo e com todos os que participam e estejam inseridos nos processos de formação dos alunos. O Orientador Escolar, como já visto anteriormente, deve ser capaz de mediar e conduzir situações de conflitos. Desta forma, dentre os artigos contidos no Decreto nº 72.846, transcrevo aqueles que considero relevantes para este contexto:

Art. 1º Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Importante o que traz o artigo 1º, pois o Orientador Educacional deve interagir não só com um aluno, mas com o grupo de alunos que estão inseridos em uma sala de aula, por exemplo, realizando trabalhos de integração e formação, socializando-os.

Art. 2º O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

- I - Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.
- II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.
- III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.

[...].

No momento que os legisladores se preocupam em determinar quem é o profissional que atuará na Orientação Escolar, estabelece-se a importância da função e suas atribuições no meio escolar, não sendo designadas a qualquer profissional.

Art. 4º Os profissionais, de que tratam os artigos anteriores, somente poderão exercer a profissão após satisfazerem os seguintes requisitos:

- I - Registro dos diplomas ou certificados no Ministério da Educação e Cultura;
- II - Registro profissional no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Com o registro do Orientador Escolar em órgão competente, valoriza-se o profissional e atribui-lhe seriedade em seus compromissos junto à comunidade escolar.

Art. 5º A Profissão de Orientador Educacional, observadas as condições previstas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento e acompanhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional.
[...]

O artigo 5º deixa claro que as atribuições do Orientador Escolar devem ser planejadas para que saiba o quê, quando e como atingirá seus objetivos.

Art. 8º São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

- 1 - Escola;
- 2 - Comunidade.

(...)

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

(...)

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

i) Ministrar disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.

(...).

Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;

b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;

c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;

d) Participar na composição caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;

e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;

f) Participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;

g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;

h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

Os artigos 8º e 9º são esclarecedores das atribuições que o Orientador Escolar deverá desenvolver e aplicar no ambiente escolar em que está inserido,

planejando, orientando, coordenando e participando dos diversos momentos da vida escolar dos profissionais e alunos.

Observa-se que a legislação procurou precisar com efetividade a participação do Orientador Escolar e suas competências, valorizando suas funções, ao mesmo tempo em que apresenta suas atribuições, direitos e deveres, evidenciando o quão importante se faz no processo do ensino.

O profissional que atua nessa função precisa ter conhecimentos que lhe municiem de técnicas, as quais irão ajudá-lo a promover o bem-estar, de forma harmoniosa e equilibrada, visando à formação integral dos alunos e à interação entre famílias e escola, respeitando o lugar que ocupam na sociedade.

Dentre as técnicas utilizadas pelo Orientador Escolar, a observação é deveras importante:

A observação, que tem um grande emprego e importância na OE, pode ser assistemática, quando ocorre casualmente, isto é, quando algo chama a atenção do observador, ou sistemática, isto é, quando há a intenção de observar algo definido, bem como regras estabelecidas para realizar tal observação. (GIACAGLIA ; PENTEADO, 2015, p.252).

É através da observação que o profissional coletará subsídios para aplicar outras técnicas mais específicas: entrevistas, questionários, programar visitas às famílias, órgãos públicos, empresas, instituições escolares e outras que se fizerem pertinentes. Outrossim, faz-se necessário que as observações sistemáticas sejam planejadas anteriormente e registradas ao longo da execução, pois servirão para ações que serão tomadas pelo Orientador Escolar, ou daqueles que estão envolvidos na prevenção ou resolução de ocorrências que surgirem em seu âmbito de atuação, no processo educacional.

Para que o Orientador Escolar obtenha resultados satisfatórios, é imprescindível que estruture um bom planejamento, que irá nortear o seu trabalho ao longo do ano, estabelecendo objetivos, contemplando todas as suas atribuições, garantindo, desta forma, sua atuação junto à comunidade escolar e suas implicações.

É fato que o Orientador Escolar adentrará em questões pessoais que envolvem sentimentos complexos e comportamentos polêmicos, que são vivenciados pelos profissionais que atuam na escola, pelas famílias com dificuldades de relacionamentos e/ou financeiras que, por vezes, são levados a Ministério

Público; lidará com questões relativas a doenças de diversas ordens, e tantas outras problemáticas que são inerentes às pessoas.

O Código de Ética dos Orientadores Educacionais¹² estabelece normas e condutas aos profissionais habilitados para com o orientando e para consigo mesmo, bem como para com a escola, a família e a comunidade. Estabelece que os Orientadores Educacionais, ao exercerem a profissão, devem primar pela ética, pela moral e pelo sigilo:

[...]

g - respeitar os códigos sociais e expectativas morais da comunidade em que trabalha;

h - buscar, incorporar e/ou aprimorar qualidades pessoais como: ser discreto, saber ouvir, saber falar, questionar, pesquisar, para melhor autodomínio e segurança profissional.

i - vivenciar comportamentos e atitudes que o caracterizem como uma pessoa confiável, apta a receber informações confidenciais,

j - guardar sigilo sobre fatos e situações que envolvam seu cliente.

Ademais, o Orientador Escolar deve ter em mente sua responsabilidade que está além do âmbito escolar, pois atua como facilitador no processo de formação do aluno enquanto cidadão, durante sua permanência na escola, preparando-o para seguir sua vida acadêmica e profissional, após concluir a educação básica.

[...]

Titulo II

Da atividade Profissional

Art. 3º - O Orientador Educacional, em seu trabalho, tem como alvo o aluno, considerando-o como um ser bio-psico-social, educando-o para a vida.

§ 1º - Dentro desta visão, toma a si a incumbência da Orientação Vocacional, considerada como um processo, acompanhando o aluno desde seu ingresso na escola e não permitindo que se considere como Orientação Vocacional apenas as atividades normalmente propostas como tal no último ano do Ensino Médio.

É previsto, também, no Código de Ética do Orientador Escolar, sua competência em saber ouvir, falar, respeitar as características, as possibilidades e o espaço de cada um, através de suas ações e vínculos, os quais permitem a aproximação do aluno - seu objeto principal de trabalho - com todos os que estão envolvidos na sua formação, respeitando seus limites, seus êxitos e suas dificuldades.

¹² Disponível em:

http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64:codigo-de-etica&catid=37:geral&Itemid=54 Acesso em 05.11.2016.

[...]

Art. 7º - Para a eficácia e eficiência do trabalho junto e com a comunidade escolar, o Orientador Educacional precisa:

a - buscar o comprometimento de toda a equipe escolar para atingirem os mesmos objetivos, respeitando os limites de cada área;

b - saber ouvir;

c - saber o quê, quando e como falar (diálogo);

d - respeitar a todos enquanto pessoas;

e - estimular o entendimento grupal;

f - intervir sem invadir.

Constata-se, pois, que a formação do Orientador Escolar inclui os saberes de experiências cotidianas, estudos em instituições formais, sensibilidade, coerência, bom senso, suas vivências com outros profissionais, discrição, seja na escola, seja nos espaços públicos ou familiares, que se tornam essenciais para o desempenho de suas funções. Além disso, deve estar atento às leis que regem os espaços onde atua, bem como divulgando e conscientizando aos demais, para que essas sejam cumpridas e respeitadas.

No Brasil, a maioridade civil se estabelece quando o cidadão completa 18 anos de idade cronológica. Para garantir às crianças e adolescentes direitos à educação, à convivência familiar e comunitária, à saúde, à liberdade, respeito e dignidade, acesso à justiça e também prevenção e medidas de ato infracional, os legisladores brasileiros criaram a Lei nº 8.069/90, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, também conhecida como ECA.

O Orientador Escolar, entre suas funções e responsabilidades, tem a incumbência de conhecer, saber e zelar pelo cumprimento do ECA, bem como, divulgá-lo aos profissionais que atuam na escola, e tomar as devidas providências junto aos órgãos públicos e/ou pessoas envolvidas, quando essa não for cumprida.

De acordo com a Constituição Federal, “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; [...]”¹³. Garantindo o direito à educação, o Estatuto da Criança e Adolescente reforça esse artigo em seu texto:¹⁴

[...]

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

¹³Disponível em:

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequencia=9. Acesso em 06.11.2016.

¹⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 06.11.2016.

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Ao garantir o Art. 53, acima descrito, o Orientador Escolar estimulará, coordenará e acompanhará atividades que desenvolvam o espírito crítico, a criatividade e o direito à participação em projetos que envolvam o aluno nos espaços escolares e na comunidade, promovendo a formação de indivíduos que farão a diferença na sociedade que estarão envolvidos. Para isso, assegura a Lei que não haverá discriminação, sendo obrigatório e gratuito a todas as crianças e adolescentes o ensino fundamental, independentemente da idade e de condições físicas, sociais ou mentais:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

[...]

- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

[...]

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.

Cabe ao Orientador Escolar se certificar e fiscalizar se os alunos matriculados na escola estão comparecendo às aulas; em caso de faltas, deverá pesquisar e

identificar os motivos junto aos familiares, não havendo justificativas, encaminhará ao Conselho Tutelar, conforme ECA, Art. 56. Ao finalizar o ano letivo, é seu dever acompanhar rematrículas, garantindo que todos os alunos estarão matriculados para o ano seguinte.

Ao saber sobre alunos que recebam maus-tratos, qualquer profissional da escola poderá efetuar denúncia. O Orientador Escolar, ao se inteirar sobre o fato, fará os devidos encaminhamentos ao órgão competente.

Os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem, ou necessitarem de atendimento especial, deverão ser acompanhados pelo Orientador Escolar, que, junto ao corpo docente, criará oportunidades de ensino e atividades específicas, preferivelmente em sala de aula, promovendo a inclusão de todos.

O governo criou leis e decretos para garantir a oferta de vagas, material didático nas escolas públicas, formação continuada aos docentes, possibilitando que todos os indivíduos tenham escola gratuita, merenda escolar, livros e materiais para frequentar as aulas, e professores competentes e habilitados nas diversas áreas, com capacidade de interagir e administrar as diversidades que são inerentes aos espaços escolares.

Para atender às demandas e ao cumprimento das leis já referidas, os legisladores criaram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de profissionais da Educação – FUNDEB, que arrecada uma parcela contábil dos impostos, e distribui entre as escolas públicas do país. São recursos para manter a educação dos alunos e formação dos docentes:

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.¹⁵

Portanto, a educação básica é garantida, protegida e subsidiada por lei, não havendo, pois, motivos econômicos para que crianças e adolescentes fiquem fora das salas de aula.

¹⁵ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em 07.11.2016.

O Plano Nacional de educação - PNE, Lei nº 01.0172/2001 é outro recurso que tem como um de seus objetivos e prioridades prover o direito à educação para todos os indivíduos de 7 a 14 anos¹⁶:

[...]

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.¹⁷

Torna-se esse mais um motivo para que o Orientador Escolar, juntamente com a direção e o corpo docente, tracem planos que garantirão o ingresso e a permanência dos alunos na escola, acolhendo a todos através de matrículas, investigando as reais necessidades que promoverão o processo do ensino e aprendizagem, observando as características da comunidade onde estão inseridos.

O PNE alerta, ainda, sobre a responsabilidade da escola na formação dos alunos, sobretudo para uma educação consciente, que significa ser e agir como um cidadão com capacidades de atuar no meio social, político e econômico, contribuindo para uma sociedade melhor.

A exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

Reforça-se a importância do papel do Orientador Escolar em controlar e supervisionar a frequência e permanência dos alunos na escola junto à equipe de direção.

É imprescindível que os planos de ação sejam desenvolvidos e aplicados, garantindo a permanência dos alunos na escola até a conclusão da educação

¹⁶ A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, art. 3º, altera o art 32 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, "Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão,(...). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. 01.03.2016.

¹⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Aceso em 07.11.2016.

básica. Como já visto anteriormente, o Orientador Escolar, em conjunto com a equipe diretiva da escola, dentro de suas atribuições deve formar, informar, coordenar, acompanhar e orientar docentes em ações e projetos que visem incentivar, motivar e salvaguardar os alunos na escola.

Em se tratando de ganhos monetários, a remuneração do Orientador Escolar está decretada e regulamentada na Lei 11.738/08¹⁸. Conforme seu Art. 2º, o Estado garante o piso salarial dos profissionais do magistério público que atuam na educação básica:

[...]

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.¹⁹

Ao ser estabelecido um piso salarial mínimo, demonstra-se a valorização e a importância dos profissionais que atuam na área da educação. Em contrapartida, se estabelece o comprometimento de um trabalho que contribui para o desenvolvimento da dignidade e consciência de ser um cidadão, que faz a diferença através da educação e seus processos do ensino e da aprendizagem.

Diante da importância do Orientador Escolar no processo educativo e suas demandas com a comunidade escolar, torna-se essencial que o Projeto Político Pedagógico – PPP – das instituições escolares trate sobre as atribuições e funções desse profissional.

O PPP é o documento que apresenta as intenções, o planejamento, a perspectiva do fazer da escola.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. [...] É

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em 09.11.2016.

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm Acesso em 09.11.2016.

político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.[...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, p. 12, 2014).

Apesar do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico partir da escola, toda a comunidade tem o direito e o dever de participar de sua construção e acompanhar o planejamento ao longo do ano letivo. Como já citado anteriormente no Art. 53 do ECA, os pais têm o direito de participar e conhecer o PPP da escola onde seus filhos serão ou estão matriculados.

Segundo Veiga (2014), são princípios norteadores do PPP: Igualdade, qualidade; gestão democrática, liberdade e valorização do magistério. O presente trabalho deter-se-á nos princípios da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação.

Dentre as considerações feitas por Veiga (2014, p.18) sobre a gestão democrática, ressalta-se o poder da escola:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Ao entender a democracia como o poder que é exercido pelo povo, os PPPs das escolas trazem em seus registros a importância dos integrantes da comunidade estarem presentes e participantes nos processos que envolvem e constroem o ensino e a aprendizagem. Porém, eles quase sempre ficam esquecidos no papel, pois exigem uma gestão que delegue, incentive e promova a participação de todos, a começar pelas mantenedoras, que impõem um padrão de administração para todas as unidades escolares, desconsiderando as características e os contextos de cada uma.

É necessário que, periodicamente, se tenha um diagnóstico da escola, verificando problemas, pensando em possibilidades que possam resolvê-los e melhorar o atendimento através dos planos curriculares, de planejamentos bem estruturados, de reuniões com pais e alunos e de professores atualizados e bem informados.

Por outro lado, a socialização dos profissionais pertencentes ao quadro efetivo da escola deve permear o princípio do bom-convívio, colaborando com o todo através de um trabalho sério e respeitoso, onde haja um grupo de professores conciso e consciente do papel de formador e educador, maestrado por uma equipe de gestores que incentive o trabalho coletivo.

Entretanto, isso é - muitas vezes - utópico, pois a individualização e a formação de pequenos grupos são favorecidas pela equipe diretiva, pelas afinidades entre uns com outros, e pela prática de uma gestão autoritária.

A escola está imersa em uma hierarquia agonizante, nítida apenas em um organograma convencional [...] totalmente divorciado da realidade. [...] profissionais optam por posições e condutas mais ou menos autoritárias, centralizadoras e/ou invólucros de afetividade para encobrir uma ação desconectada, ineficiente e nada criativa.

As ações da escola transformam-se em procedimentos pulverizados e desconectados. [...] foge-se dos debates numa preocupação contraditoriamente apaziguadora, visto que essa postura fortalece ou a hostilidade ou a indiferença. (VEIGA, 2014, p. 84).

Veiga narra o que se tem presenciado ao longo da história da educação escolar. Os PPPs são meros documentos que cumprem requerimentos legislativos e estão arquivados dentro de pastas, esquecidos nas prateleiras de alguma sala no prédio da escola.

A rotatividade de professores faz com que muitos desconheçam o PPP que rege a escola. Cada um faz seu trabalho voltado às suas práticas e vivências, como já visto anteriormente neste trabalho. É imprescindível que, ao chegar à comunidade, o professor se inteire sobre o projeto, pois é documento escrito pela e para a comunidade.

Outro princípio do PPP é a valorização do magistério, formando profissionais tecnicamente competentes para atuarem na gestão escolar e na melhoria do processo do ensino e aprendizagem.

Quando não há preparo técnico para se atuar como gestor, a tendência é o autoritarismo segregando o quadro efetivo com a formação de grupos que apoiem suas práticas, gerando intrigas e descontentamento entre o corpo docente e demais funcionários e, assim, comprometendo os processos do ensino.

De outra maneira, a formação de professores, não só nas áreas de conhecimentos específicos, mas, também, no domínio de questões pedagógicas e no processo do ensino e aprendizagem, promovem a qualificação que tende a

produzir resultados que contribuirão de forma significativa; em decorrência, ter-se-á um grupo de profissionais envolvidos e comprometidos com um projeto que esteja voltado à cultura da comunidade, respeitando sua identidade e limites, viabilizando a melhoria da qualidade do ensino.

O Orientador Escolar fará o elo entre os profissionais do espaço escolar, realizando encontros periódicos para discutir e analisar o PPP, apresentando possibilidades e questionando fazeres dos docentes. Cabe a ele aproximar comunidade, gestores e docentes para que o projeto não seja esquecido e seja revitalizado, sempre que houver necessidade, respeitando prazos estipulados e articulando saber cultural e o conhecimento científico.

Ao finalizar este capítulo, pode-se concluir que o Orientador Escolar tem papel importante no contexto escolar, desempenhando funções de mediador em momentos de conflitos, de formador e orientador que interage entre comunidade e escola, com formação prevista e amparada por lei federal. Destaca-se sua função no PPP escolar, garantindo a todos o conhecimento de suas atribuições no contexto do ensino e aprendizagem como um elo entre os profissionais que compõem a escola, alunos, pais e a comunidade como um todo.

Salienta-se que o Orientador Escolar deve ser protagonista atuante e responsável de suas competências na formação de cidadãos conscientes.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo, apresento a metodologia que será utilizada na aplicação da coleta de dados sobre a função do Orientador Escolar e a percepção do seu trabalho através do olhar do professor do ensino fundamental, para posterior análise.

O trabalho científico dar-se-á pela busca da verdade, através de processos organizados em fases ou etapas de modo sistemático, separando o que é opinião do que é verdadeiro conhecimento, com o uso de métodos e técnicas, isto é, extraíndo um resultado que seja justificado, claro e adequado à realidade.

Para a realização deste trabalho, serão utilizados, como instrumento de coleta de dados, os métodos de pesquisa explorativa qualitativa e quantitativa, com estudo de caso, levantamento de dados bibliográficos e aplicação de questionários, que serão enviados por internet a 12 (doze) professores do ensino fundamental, que atuam em escolas públicas e/ou particulares, na região metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, compreendendo as cidades de: Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, no período de dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Optou-se por uma pesquisa qualitativa na tentativa de se identificar o sentimento e a percepção dos profissionais que atuam nas escolas da região e denotam essa realidade, com base em estudos teóricos, que nortearão a escrita do relatório. Por outro lado, os questionários aplicados, apresentados no apêndice deste trabalho, propõem uma pesquisa quantitativa, uma vez que se estabeleceu o número de 12 amostras a serem coletadas. Ao delimitar o espaço a ser investigado, pode-se determinar, também, uma pesquisa etnográfica de pequena escala.

Ao retorno dos questionários será feita análise das respostas, as considerações finais e o resultado obtido após o estudo de caso, que serão apresentados na banca avaliadora atendendo aos requisitos da UNISINOS e do Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar: Desafios do trabalho coletivo na escola.

3.1 A região metropolitana de Porto Alegre

Para melhor compreensão da etnografia deste trabalho, serão apresentados breves dados relativos à Região Metropolitana da capital de Porto Alegre/RS.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA²⁰, a região metropolitana é formada por 34 municípios, numa área total de 10.346 km². Em 2010, possuía 97% de área urbanizada e 37% da população estadual com residência fixa nessas áreas. Entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento anual da região foi de 0,64%.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM passou de 0,524 em 2000 para 0,649 em 2010. A dimensão que mais evoluiu entre 2000 e 2010 foi a educação, ou seja, ocorreu um aumento de 25% para 30% no fluxo escolar de crianças que ingressaram na escola, isso inclui: jovens que ingressaram nos anos finais e concluíram o ensino fundamental, outros com o ensino fundamental completo e jovens que concluíram o ensino médio.

Considera-se, desta forma, que a região metropolitana de Porto alegre possui características relevantes para esta pesquisa, embora de pequena amostragem, suscitando interesses de outras inquietações que poderão advir das respostas dos questionários aplicados.

²⁰ Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_porto_alegre. Acesso em 23.01.2017.

4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Ao desenvolver as questões que constituem o questionário desta pesquisa, procurou-se contemplar as características que envolvem o trabalho do Orientador Escolar; as leis que sustentam e norteiam a profissão; as funções a ele designadas; comportamentos e atitudes éticas da profissão, bem como sua atuação e interação no contexto escolar, conforme estudos bibliográficos. Após o retorno, fez-se o levantamento das respostas, observando-se o resumo em números absolutos e percentuais, ou seja, a medição quantitativa. Por outro lado, tal instrumento nos oportunizou sairmos do obscurantismo hipotético para o fato, uma vez que temos respostas individuais, sem qualquer influência entre as partes, que não tiveram conhecimento dos participantes e de suas respostas, promovendo assim “certo grau de confiabilidade”. Convém ressaltar que os 12 questionários foram enviados para professores via internet, utilizando aplicativo de formulário Google²¹. Destes, todos retornaram, devidamente respondidos. As primeiras seis questões se referem à identificação dos professores, com o objetivo de conhecer os dados da região metropolitana de Porto Alegre/RS, conforme proposta inicial desta pesquisa.

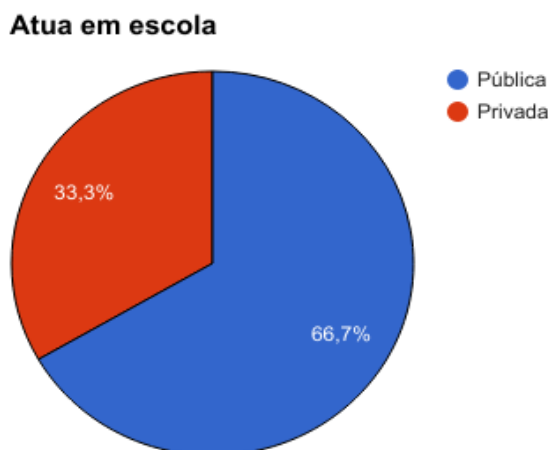


Gráfico 1: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

²¹ Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/1z3FM95II9x7imZ1oS366iNS8F3QJPoJdl349bG3bXJw/edit>. Acesso em. 05.01.2017.

O gráfico 1 apresenta 33,3 % professores que atuam em escolas, sendo destes 4 professores que participam do quadro efetivo de escolas privadas e 66,7%, ou seja, 8 professores que prestam seus serviços em escolas da rede pública. Estão distribuídos na região metropolitana de Porto Alegre da seguinte forma: Canoas: 1 professor na rede privada; Esteio: 5 professores na rede pública; Sapucaia do Sul: 3 professores na rede privada e 1 na rede pública; São Leopoldo: 1 professor na rede pública; Novo Hamburgo: 1 professor na rede pública.

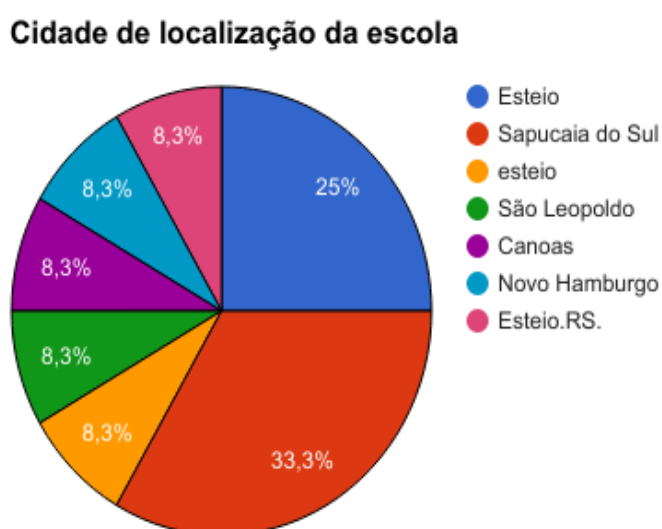


Gráfico 2: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Esses dados são apresentados no gráfico 2, sendo as cidades componentes da região proposta pela pesquisa, conforme descrito no capítulo 3. Deste montante, 16,7%, isto é, 2 professores atuam na Educação Infantil e 83,3%, ou seja, 10 professores, atuam no Ensino Fundamental (gráfico 3), o que atende ao propósito desta pesquisa, que tem como foco os primeiros anos do ensino básico.

Em relação ao tempo de atuação na função que ocupam, 75% (9 professores), estão há 4 anos ou mais na docência; 16%, ou seja, 2 professores, atuam de 1 a 3 anos e apenas 8,3% (1 professor) está há menos de 1 ano na profissão (gráfico 4).

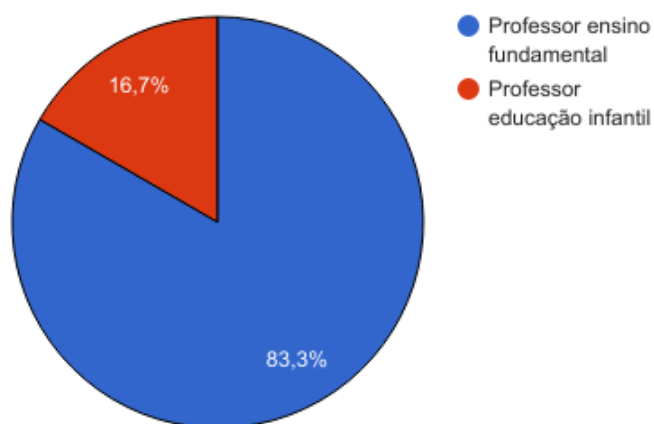
Cargo ou função que exerce na escola

Gráfico 3: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Estes números sugerem que a maioria dos professores pesquisados já desenvolvem saberes docentes, que estão relacionados às funções do Orientador Escolar, por suas práticas e experiências vivenciadas no contexto escolar.

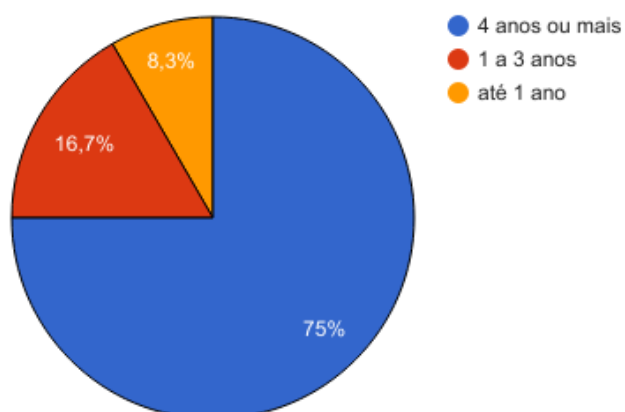
Tempo de atuação na função

Gráfico 4: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Considerou-se importante saber que, dos professores respondentes, 91,7% (11 professores) nunca exerceram cargo de gestão em escolas e 8,3% (apenas 1 professor, que atua em escola privada) já fizeram parte de equipe diretiva (gráfico 5), isto é, sugere-se que os saberes sobre a Orientação Escolar, dão-se por suas vivências em sala de aula e por espaços correlacionados, não por funções específicas que competem à equipe diretiva da escola,

Já exerceu cargo na gestão escolar?

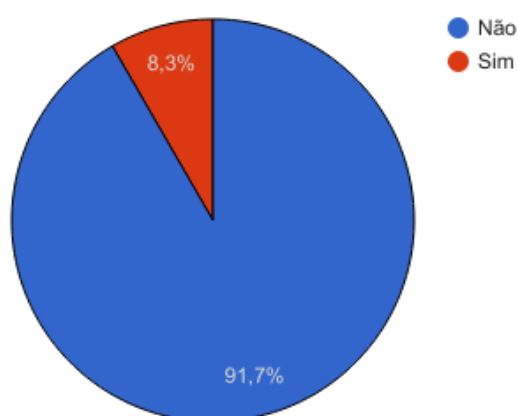


Gráfico 5: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Quanto à formação, 58,3% (7 professores) possuem especialização, dos quais 6 professores são da rede pública e 1 da rede privada; 25% (3 professores) estão formados em Pedagogia, sendo que 2 são professores na rede privada e 1 da pública; 16,7 % (2 professores) possuem formação nas áreas humanas, sendo 1 atuante na rede privada e outro da rede pública (gráfico 6). Neste caso, professores que não são formados em Pedagogia, ou em área da Orientação Educacional, devem estar cientes do papel do Orientador Escolar; por isso, é necessário que existam formações que venham contribuir para o bom relacionamento, integração e bem-estar na comunidade escolar como um todo, além da descrição das atribuições no PPP da escola que tornarão públicas suas funções.

As demais perguntas do questionário, apresentadas a seguir, são específicas sobre o Orientador Escolar, suas funções e interações com o ambiente escolar e as



Gráfico 6: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

peças nele inseridas, tendo como objetivo buscar respostas às questões que motivaram a pesquisa.

Dentre as perguntas que problematizam esta pesquisa: “Qual a efetividade das ações tomadas pelo Orientador escolar, que interferem ou auxiliam o professor?”, o gráfico 7 informa que 75%, isto é, 9 dos professores, não conhecem o plano anual do Orientador Escolar e 25 %, ou seja, 3 professores - dos quais, 2 atuam em escola pública e 1 em escola privada -, o conhecem. Assim, as funções de orientação, formação, planejamento, coordenação e funcionamento dos serviços do departamento de Orientação Escolar deixam a desejar, considerando-se que, dos entrevistados, apenas 3 professores possuem a formação em Pedagogia, que é prevista pela Lei 9.394/96, no seu artigo 64, sendo esse o curso que habilita o profissional a exercer as funções de orientador. Os demais professores não estão inteirados das ações que podem interferir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Respondendo à pergunta: “Os PPPs escolares contemplam o lugar do Orientador Escolar?”, 33,3% (4 professores da rede pública) não sabiam quais são as atribuições designadas ao Orientador Escolar e 66,7% (8 professores da rede privada) têm conhecimento das tarefas que devem ser exercidas pelo Orientador

Você tem conhecimento do Plano Anual de ações do Orientador Escolar da sua escola?

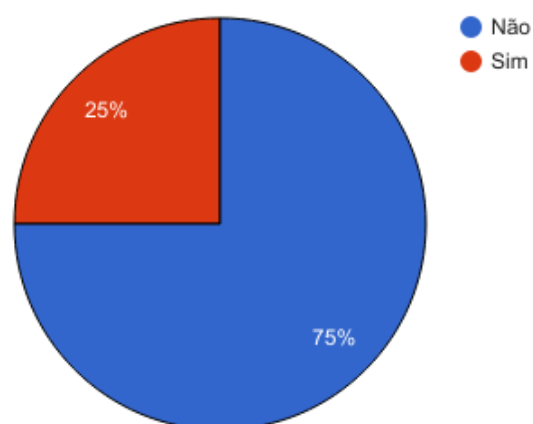


Gráfico 7: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Escolar (gráfico 8). Neste caso, faz-se necessário que o Orientador Escolar assuma suas atribuições de formador e informador, interagindo com professores e comunidade escolar, revisitando o PPP da escola e, se necessário, promovendo sua reescrita contemplando o lugar do Orientador Escolar.

Você tem conhecimento das funções designadas ao Orientador Escolar?

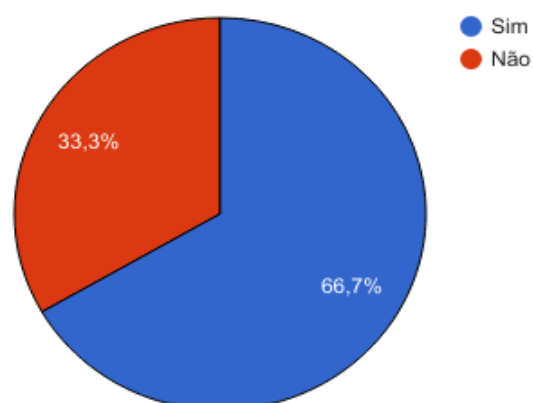


Gráfico 8: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Dentre as funções do Orientador Escolar, a atuação junto aos alunos é a mais importante, pois é o objeto principal de existência de uma escola.

Oobjeto do trabalho dos professores são seres humanos individualizados e socializados ao mesmo tempo. As relações que eles estabelecem com o seu objeto se trabalho são, portanto, relações humanas, relações individuais e sociais ao mesmo tempo. (TARDIF, 2014, p. 128).

É imperativo que o Orientador Escolar atue junto aos alunos não só em momentos e situações conflituosas, como também, promovendo atividades de reflexão que colaborem na melhoria do comportamento, do bom-convívio e nos resultados acadêmicos, auxiliando professores e familiares na formação do aluno enquanto cidadão do mundo. Desta forma, ao perguntar para os participantes da pesquisa “Qual a efetividade das ações, tomadas pelo Orientador Educacional, que interferem ou auxiliam o professor?”, de acordo com os resultados colhidos na pesquisa (gráfico 9), 91,7% dos professores acreditam que não há ações preventivas do Orientador Escolar junto aos alunos, e somente 8,3% (1 professor da rede privada) afirmam haver atuação preventiva do Orientador Escolar junto aos alunos de sua escola.

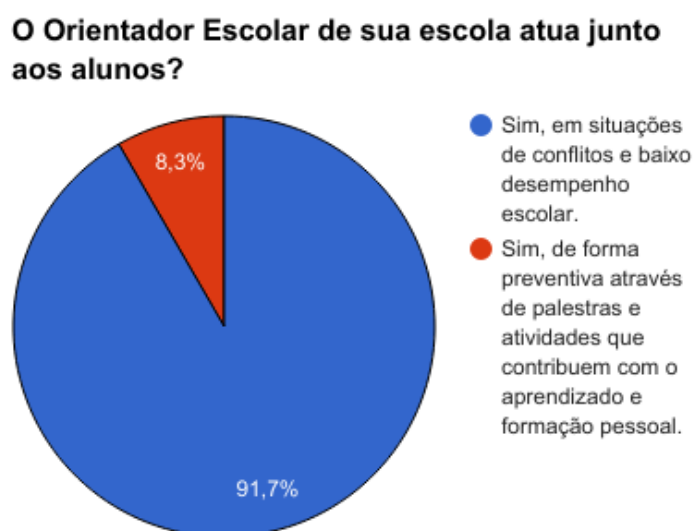


Gráfico 9: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Daqueles Orientadores Escolares que incluem em suas funções a formação dos professores (gráfico 10) 36,4% (2 professores da rede pública e 2 da rede privada) dizem receber essa formação; 63,6% (6 professores da rede pública e 2 da rede privada) não têm essa contribuição por parte de seus Orientadores Educacionais.

As práticas do Orientador Escolar incluem a formação dos professores?

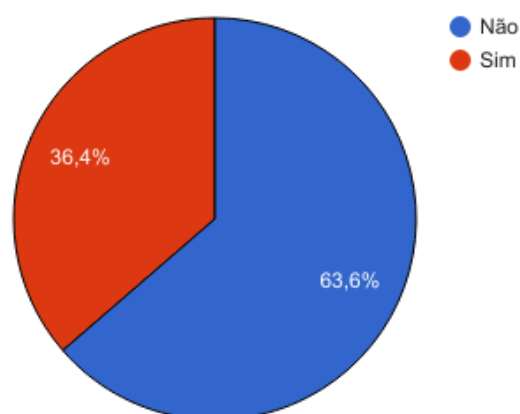


Gráfico 10: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Novamente, temos uma carência de Orientador Escolar que exerça, dentre suas atribuições, a formação e acompanhamento de suporte aos professores. Entretanto, poderá o Orientador Escolar, ao realizar seu planejamento anual, eleger prioridades e envolver outros elementos da escola para algumas tarefas, atuando como coordenador. Segundo Giacaglia e Penteado (2015, p. 66),

“ [...] conhecendo o conteúdo da lei que regulamentou sua profissão, dentro dos limites impostos por ela e de acordo com a realidade na qual esteja atuando, o Or. E. poderá selecionar e hierarquizar o que será realizado a cada ano.”

Talvez, uma das atribuições mais “delicadas” do Orientador Escolar seja o contato com as famílias. Infelizmente, na maioria das vezes, essas comunicações não são agradáveis, seja por comportamentos inadequado ou por alguma reclamação do aluno. O ideal seria que esses contatos com os responsáveis,

também, acontecessem para elogiar o aluno. “[...] o Or.E. precisa estar preparado para lidar com situações difíceis”, dizem Giacaglia e Penteado (2015, p. 74). Quer-se dizer que o Orientador Escolar tem qualificação para essa tarefa, não sendo recomendável que designe outra pessoa, a qual pode não estar preparada para assumi-la. Contudo, a história se repete, da mesma maneira, na região metropolitana de Porto Alegre/RS, pois quanto à visitação às famílias da comunidade escolar, com o intuito de coletar informações que possam interferir ou contribuir com o desempenho e comportamento dos alunos (gráfico 11), 58,3%, isto é, 4 professores da rede pública e 3 da rede privada dizem que isso acontece em casos específicos; 33,3% (2 professores rede pública e 2 da rede privada) afirmam que não existe essa prática e 8,3% (1 professor de escola pública) diz que sim, que famílias são visitadas.

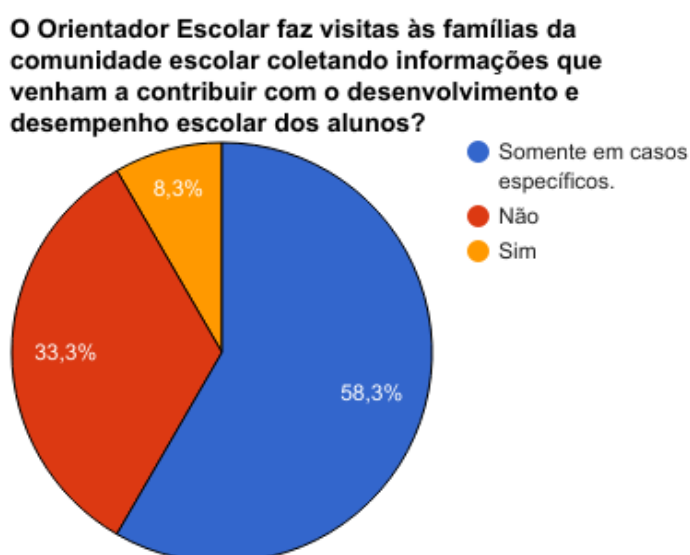


Gráfico 11: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Um dos fatores que impactam no ensino e aprendizagem são as dificuldades comportamentais e cognitivas dos alunos. Transtornos mentais, afetivos e psicológicos são comuns, atualmente. Com isso, ações tomadas pelo Orientador Escolar junto aos professores e a outros profissionais, como psicólogos, psiquiatras, neurologistas e psicopedagogos, profissões mais recorrentes, são comuns e fazem parte de suas tarefas. De acordo com os professores pesquisados, essa é uma

prática, comumente, realizada pelos orientadores escolares, conforme o gráfico 12, em relação ao encaminhamento e interação do Orientador Escolar com outros profissionais com os quais, porventura, o aluno faça algum tratamento. 91,7% (11 professores) responderam que isso acontece em suas escolas e apenas 8,30% (1 professor da rede pública) disse desconhecer tal prática.

O Orientador Escolar faz encaminhamentos, interagindo com outros profissionais com os quais os alunos fazem tratamento?

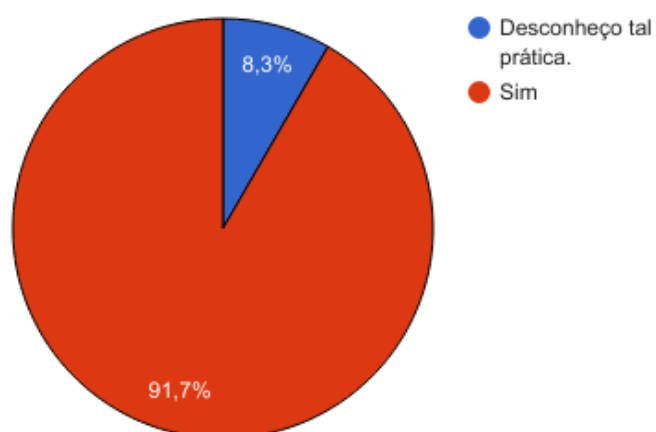


Gráfico 12: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Sobre o acompanhamento por parte do Orientador Escolar nas práticas de sala de aula e planos de estudos dos professores, 41,7% (5 professores da rede pública) dizem que não existe esse acompanhamento (gráfico 13); 33,3% (2 professores da rede pública e 2 da rede privada) afirmam que existe nos casos de alunos que necessitam de plano e currículo diferenciado, e 25% (2 professores de escola pública e 1 de escola privada) informam que existe acompanhamento do Orientador Escolar nos planejamentos dos professores.

Conforme a Lei 9.394/96, no Capítulo V, que trata da educação especial, no seu artigo 58, parágrafo 1º, é estabelecida a necessidade de apoio especializado nas escolas, para atender aos alunos que apresentem dificuldades para acompanhar a turma de ensino regular:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede

regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Há acompanhamento das práticas de sala de aula e planos de estudos dos professores pelo Orientador Escolar?

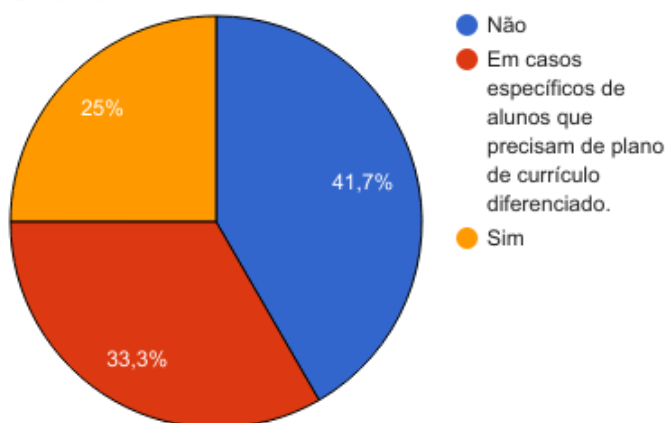


Gráfico 13: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escola

Havendo, na escola, a figura do Orientador Escolar, cabe a este acompanhar formação de currículo adaptado aos alunos que necessitam de educação especial, garantindo planos de ensino e práticas em sala de aula que atendam aos mesmos.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...].²²

A interação e a participação entre escola-professor-família na escrita do currículo adaptado e na escolha de recursos especiais influenciarão de forma positiva no ensino e aprendizagem de alunos que necessitem de atendimentos diferenciados.

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 23.01.2017.

A pesquisa, ainda, preocupou-se em saber sobre o comportamento ético do Orientador Escolar (gráfico 14). A maioria dos professores - somando 91,71% - têm como opinião que o Orientador Escolar não faz comentários sobre comportamentos, dificuldades, transtornos (emocional, físico ou psíquico) que, eticamente, não deveriam ser expostos, comprometendo a imagem do aluno e permitindo certo preconceito no contexto escolar; contudo 8,3% (1 professor da rede pública) acredita que sim, que haja esses comentários. Neste item, pode-se apreender que, conforme o acordo de Ética dos Orientadores Escolares, há respeito ético aos profissionais da escola, aos alunos e familiares, compreendendo seus limites e individualidades, evitando possíveis discriminações daqueles que necessitam de atendimento diferenciado, além de tornar o ambiente aprazível e acolhedor a todos.

Na sua opinião, existe, por parte do Orientador Escolar, comentários sobre comportamentos, dificuldades, transtornos (emocional, físico ou psíquico), que eticamente não deveriam ser expostos, comprometendo a imagem do aluno e permitindo certo preconceito no contexto escolar?

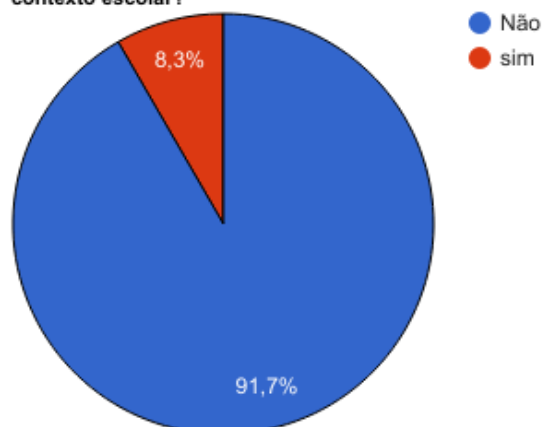


Gráfico 14: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Quanto ao relacionamento do Orientador Escolar e os demais profissionais que atuam nas escolas (gráfico 15), pode-se dizer que, de acordo com os respondentes, prima-se pelo bom convívio e bom ambiente de trabalho, uma vez que não há preferências de uns em relação aos outros.

Dos respondentes, 66,7% acreditam que o Orientador Escolar não demonstra preferências por alguns profissionais em detrimento de outros, o que é negado por

33,3% (3 professores da rede pública e 1 da rede privada), que acreditam existir essa preferência.

Ao concluir o questionário (gráfico 16), 66,7% (6 professores rede pública e 2 da rede privada) acreditam que o Orientador Escolar faz diferença na escola; 25% (2 professores de escola pública e 1 de rede privada) dizem que tal função é indiferente e apenas 8,3% (1 professor de escola pública) creem que o Orientador Escolar não faz diferença na escola.

O Orientador Escolar demonstra preferências por alguns profissionais da escola em detrimento de outros?

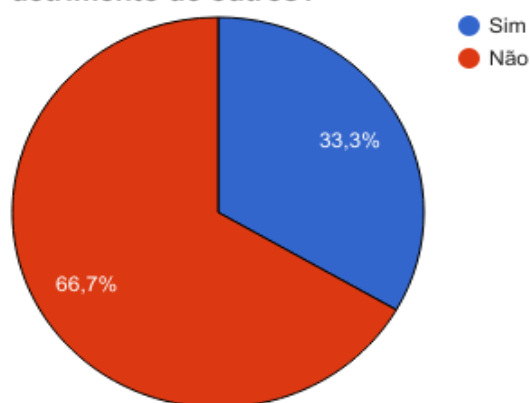


Gráfico 15: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Apesar do índice de aprovação ser significativo, a indiferença e a negativa da importância do Orientador Escolar nas escolas chamam à atenção pela relevância da função e atribuições deste profissional que, até aqui, foram abordadas.

Em sua opinião, o Orientador Escolar faz diferença na sua escola?

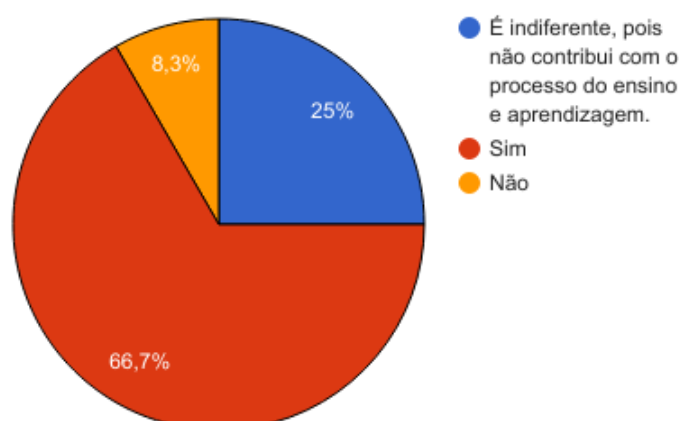


Gráfico 16: Resposta dos professores sobre o papel do Orientador Escolar

Em relação à pergunta descritiva: “O que você entende por Orientação Escolar?”, observa-se que, de maneira geral, os professores veem a função do Orientador Escolar mais voltada ao comportamento do aluno, conforme veremos a seguir. Para melhor entendimento do leitor, os professores foram nomeados em ordem alfabética, de A a L.

Professor A: *“Profissional que deve trabalhar junto aos alunos para superar possíveis dificuldades na relação discente/docente.”*

Para o Professor A, as ações do Orientador Escolar estão voltadas à atuação dos alunos. Não demonstra considerar a formação dos professores para atuarem junto aos alunos de forma preventiva. O que parece, nessa resposta, é que o aluno é o causador das dificuldades, tornando-o responsável pelo resultado da relação entre as partes. Os atos de dificuldades de aprendizagem ou de indisciplina não passam despercebidos por um professor atento. Diz Vasconcellos (2009, p.222) que o educador crítico não vê o aluno como um problema, mas busca-lhe como um aliado na construção da realidade.

Professor B: *“É um dos membros da equipe gestora da escola. Prioriza o bem estar dos alunos no estabelecimento, auxilia os professores na compreensão de determinados comportamentos dos alunos. É um articulador de ações junto à comunidade e órgãos externos.”*

O Professor B tem por seu entendimento que o Orientador Escolar é um elo entre todos os participantes do contexto ensino e aprendizagem, indo além dos departamentos internos escolares; ressalta, entretanto, que a maior preocupação está no bem-estar dos alunos, não sendo claro sobre o que isto significa no processo de aprendizagem. Vasconcellos (2009, p. 59) assegura que em relação aos problemas disciplinares, “[...] a queixa pode começar pela sala de aula, mas logo atinge a família, [...] passa pela mídia, pelo sistema de ensino e chega ao sistema social.” É um processo complexo. Como já vimos anteriormente, a disciplina não se refere somente ao comportamento, mas interfere no desempenho cognitivo do aluno.

Professor C: *“Um facilitador e mediador, voltado principalmente para os alunos, que visa orientar questões de aprendizagens a pais e professores e, em alguns casos, encaminha também questões disciplinares.”*

Fica claro, na resposta do Professor C, seu entendimento sobre as funções e atribuições do Orientador Escolar, em sua escola. Como citado por Vasconcellos (2009), na fundamentação teórica, não somente questões disciplinares devem ser encaminhadas aos familiares. Essa opinião do pesquisado evidencia-se pelo advérbio “também”, denotando que, para ele, a orientação sobre os sistemas da escola é pertinente.

Professor D: *“Suporte para o professor na busca de sanar os problemas comportamentais e de aprendizagem dos alunos, bem como um olhar atento aos educandos.”*

Embora considere não só o comportamento, como também a aprendizagem no contexto aluno e professor, o Professor D parece entender que as funções do Orientador Escolar estão limitadas à resolução de problemas. Desta forma, alimenta a “Síndrome do Chamamento dos Pais”, alertada por Vasconcellos (2009) - já citada neste trabalho - que poderá, com as reincidências, tornar-se sem eficácia na resolução de dificuldades, prejudicando o aluno no desenvolvimento de seu aprendizado.

Professor E: *“Um profissional capacitado para te ajudar e orientar quando necessário, oferecendo alternativas para melhorar a atenção, assim como orientar os alunos e famílias.”*

Neste caso, o Professor E limitou-se em citar um comportamento específico: a atenção. Não se sabe de quem, se do aluno ou do professor. Seu entendimento parece limitado quanto ao conhecimento das funções do Orientador Escolar. Remete-nos a repensar sobre os saberes docentes (Tardif, 2014), principalmente os experienciais, que estão relacionados às práticas e vivências, e sobre as formações no que se refere ao conhecimento das funções do Orientador Escolar. Soma-se a isso que, comumente, os professores não estão inteirados do PPP da escola, onde as atribuições do Orientador Escolar deveriam constar. Além disso, há possibilidades da ausência de um plano de trabalho do Orientador Escolar ou, ainda, não é apresentado aos professores, embora possa existir.

Professor F: *“O profissional cuida da formação dos alunos como cidadãos, ajuda os professores a compreender os comportamentos das crianças.”*

A assertiva do Professor F nos traz a expressão do “cuidar da formação”. Dentre os sinônimos do verbo “cuidar”²³, temos: tratar; responsabilizar-se; tutelar; encarregar-se. Desta forma, tal atribuição ao Orientador Escolar é impraticável, pois o aluno não fica aos seus cuidados ao longo do dia, tampouco, por toda sua vida. Além disso, “ainda que caiba à escola ajudar na formação integral do aluno, seu papel principal, dadas suas finalidades precípuas, consiste na instrução, isto é, na transmissão de conhecimentos.” (Giacaglia; Penteado, 2015, p. 148-149).

Professor G: *“Um suporte técnico, emocional e pedagógico que atua na escola visando resolver diferentes questões de aprendizado, comportamento, relacionamentos, disciplina e rendimento escolar como um todo.”*

O Orientador Educacional, de acordo com o Professor G, é o profissional que está comprometido em resolver todos os assuntos que envolvem o aprendizado e a formação do aluno. Contudo, devido às demandas do cotidiano escolar, poderá não conseguir atender a todos; por isso, precisará de auxílio de outros profissionais. Entre as atribuições do Orientador Escolar estão: coordenar, planejar, sistematizar, supervisionar e participar, conforme citado nos artigos 8º e 9º do Decreto nº 72.8546/73, anteriormente citados; assim, o Orientador deverá envolver outros profissionais da escola e comunidade escolar em algumas tarefas que poderão ser delegadas sem prejuízo ao bom andamento da formação dos alunos e trabalho dos demais efetivos da escola.

Professor H: *“Entendo como uma pessoa que auxilia os educadores para melhor desenvolvimento dos alunos, prestando atendimentos especializados com estas crianças, assim como com as famílias.”*

Implica saber o que o professor entende por “atendimento especializado”. Talvez pudesse ser individualizado ou personalizado. Há muitos especialistas que podem interagir com a escola, como: psicólogos, psiquiatras, neurologistas, pediatras e, em alguns casos, advogados, saindo da área da saúde e entrando na jurídica, além de tantos outros. O Orientador Escolar, mesmo tendo formação em uma dessas áreas, ou outras afins, geralmente, pela norma ética das escolas, não deve acompanhar alunos como pacientes ou clientes, que estão sob o quadro da escola onde atua na função. Entretanto, o Orientador Escolar tem como uma de

²³Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/cuidar/> Acesso em 25.01.2017.

suas atribuições atender e encaminhar, através da família do aluno, os profissionais que tratam os diferentes transtornos de aprendizagem.

[...] o seu trabalho tem limites tênues com os de diversos outros profissionais. [...]. O Or.E. deve respeitar o campo específico dos demais especialistas, assim como fazer com que estes ajam com respeito em relação ao dele.” (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010, p.78).

Professor I: *“Entendo como o trabalho individualizado com o aluno a fim de resolver possíveis problemas envolvendo ambiente escolar e até mesmo, ambiente familiar, caso seja necessário.”*

Novamente, temos - na percepção do Professor I - o Orientador Escolar como o elo entre escola, aluno e família em momento de resolução de algum problema e não para elogiar ou agradecer algo que foi realizado. É relevante lembrar que a disciplina que o aluno demonstra na escola, necessariamente, não é a mesma que ele apresenta na família. Isso poderá gerar conflitos entre as duas instituições. Além disso, a concepção de disciplina, para alguns, não é a mesma para outros. Para tanto, segundo Vasconcellos (2009, p.63), é importante que haja vínculos entre aluno e escola, porém, é relevante saber que:

O vínculo familiar se desenvolve inicialmente no plano afetivo e depois caminha para o simbólico. Na escola [...] o caminho é inverso: as pessoas vão para a escola [...] porque “é uma necessidade” qual seja, atender a demandas fundamentais da formação humana.

Nesse processo, o orientador escolar deve estabelecer vínculos afetivos com o aluno e, por meio deles, construir elos com as famílias, procurando elogiar, sempre que possível, as boas atitudes e reconhecer seu desenvolvimento, seja no aspecto cognitivo, seja no aspecto comportamental, perante o grupo e familiares.

Professor J: *“É uma especialidade da educação que serve para atuar, acompanhar juntamente com a equipe escolar o desempenho do estudante.”*

Cabe ao Orientador Escolar não só acompanhar o desempenho do aluno, mas planejar e coordenar atividades que possibilitem seu aprendizado no contexto escolar, juntamente ao professor, pois é ele que atua diretamente com o aluno.

O fato de o professor estar inteiro em sala de aula – tanto quanto possível – favorece o despertar do aluno; a sua inteireza ajuda a construir a do outro. Estando presente, disponível, poderá sair de si, observar os alunos e assim captar suas necessidades, a dinâmica do coletivo, e melhor interagir. (VASCONCELLOS, 2009, p. 223).

Ao conhecer o seu aluno, o professor poderá buscar auxílio junto ao Orientador Escolar de forma mais efetiva na resolução de possíveis dificuldades, sejam comportamentais ou cognitivas, além de promover elogios e reconhecimento por seu desempenho e postura escolar.

Professor K: *“Ser orientadora em uma escola é mediar, resolver problemas existentes entre os alunos, com a finalidade de resgatá-los e direcioná-los para um futuro melhor.”*

Mais uma vez, o Orientador Educacional é lembrado como um solucionador de problemas entre alunos. O Professor K parece desconsiderar o trabalho do Orientador Educacional como formador e orientador, colaborando com o professor, com a família e demais integrantes da comunidade escolar. Incluem-se nas atribuições do Orientador os registros de dados de acontecimentos e atendimentos, as entrevistas realizadas ao longo do ano as quais são fontes que colaboram para a avaliação do aluno, das ações tomadas pelo professor, pela escola e pela família, dando seguimento à sua formação, acompanhando seu crescimento como um todo, afinal, ele é o objeto principal da escola.

Professor L: *“Auxílio que possibilita ao aluno melhorar seu aprendizado.”*

Na concepção do Professor L, a função do Orientador Escolar parece ser “simplória” no ambiente escolar. Faz parte das tarefas do Orientador Escolar emancipar o aluno e torná-lo autônomo do seu aprendizado.

Educação escolar, familiar ou no trabalho, precisa estar ligada muito mais à ideia de emancipar alguém. É necessário educar uma pessoa em qualquer idade para que se torne livre, isto é, autônoma, capaz de fazer por si mesma. (CORTELLA, 2014, p. 27).

O aluno demonstra aprendizado efetivo quando é capaz de desenvolver suas ideias de forma autônoma, respeitando e superando os seus limites. O professor, através dos saberes docentes, planeja seus objetivos e os aplica na interação com os alunos em sala de aula, através de suas observações e ações e, mediando a interação com/entre os alunos, avalia o potencial de aprendizagem, retomando quando necessário, independente da nota do aluno.

Pode-se observar que as respostas quantitativas não discordaram das respostas da questão escrita, o que possibilita credibilidade no posicionamento dos docentes. Diante disso, os professores promovem um pequeno panorama do que podem enxergar no trabalho do Orientador Escolar nas instituições escolares que

atuam, respondendo às questões que nortearam essa singela pesquisa, que nasceu de uma inquieta curiosidade da pesquisadora.

5 CONCLUSÕES FINAIS

Ao finalizar a análise dos dados extraídos dos questionários aplicados, respondo às questões que problematizaram e impulsionaram esta pesquisa. Podemos concluir que a maioria dos professores atuam na rede pública e possuem especialização, exercendo a docência há mais de 4 anos, ou seja, já possuem algum conhecimento sobre a função do Orientador Escolar, mesmo que não pela formação profissional.

Qual é a função do Orientador Educacional? Percebe-se que os professores entrevistados estão parcialmente cientes das atribuições que devem ser exercidas pelo Orientador Escolar, mas não as identificam no cotidiano escolar, quando apontam não terem conhecimento do plano anual do Orientador Escolar e que poucos contribuem com a formação do professor, bem como, com o acompanhamento nas práticas de sala de aula e a formação de currículos diferenciados. Cabe, aqui, a conscientização do Orientador Escolar, retomando suas atribuições e suas práticas do lugar e espaço que ocupa no desenvolvimento e formação dos profissionais que o acompanham no processo de ensino e aprendizagem educacional. Neste caso, resta-nos saber que tipo de trabalho de interação e formação com os docentes ocorre nestas escolas, e se os encontros pedagógicos estão permeados por estudos que propiciem esclarecimentos sobre qual a função e atribuições de cada profissional que nela estão inseridos.

Ao se pensar e redigir o PPP da escola junto à comunidade, devem ficar explícitas as funções de todos os agentes da educação naquele espaço e suas atribuições. Respondendo à pergunta: *Os PPPs das escolas contemplam o lugar do Orientador Escolar?* As respostas desta pesquisa demonstram que o conhecimento dos professores pesquisados sobre a função do Orientador Escolar - embora 75% acreditem tê-lo - é vago e deixa a desejar, visto que as atribuições estão focadas no trabalho do profissional em situações de conflito. Por isso, todos os profissionais que atuam nas escolas devem ler o PPP de sua escola, bem como seu regimento. Além disso, como foi visto ao longo deste trabalho, há leis e normativas que regem e consolidam a função do Orientador Escolar, que estão disponíveis publicamente. Questiono se os professores e demais profissionais da escola conhecem o PPP e o Regimento Escolar das escolas onde exercem docência, bem como a comunidade escolar. Como sugerido anteriormente, é edificativo apresentar à comunidade e aos

professores, os documentos que normatizam a escola, sempre que necessário, preferivelmente ao chegarem no contexto escolar.

Qual a efetividade das ações, tomadas pelo Orientador Escolar, que interferem ou auxiliam o professor no cotidiano escolar? A atuação junto às famílias e alunos ainda se dá de forma recuperativa, quando se espera, também, uma atuação de prevenção com maior efetividade, que irá colaborar com a aprendizagem cognitiva e atitudes comportamentais dos alunos, e favorecer-lhes o melhor aprendizado e formação cidadã ética, moral e consciente, no intuito de colaborar para a construção de um mundo melhor. No entanto, são animadores os encaminhamentos e acompanhamentos dos alunos que o Orientador Escolar realiza junto às áreas profissionais, buscando resolver ou, pelo menos, amenizar dificuldades que possam interferir no processo da aprendizagem e do convívio social, quando for o caso. Importa saber se, por vezes, este encaminhamento não acontece com o intuito de “livrar-se do problema”, não assumindo as responsabilidades da escola ou rever práticas dos profissionais que nela atuam.

Seria interessante que os Orientadores Escolares incluíssem em seu plano de ação anual momentos que promovessem desenvolvimento de cidadania, fortalecendo laços e convívio social entre alunos, atuando junto aos professores na busca de melhoria na qualidade do ensino. Outra prática de grande valia, é o conhecimento da comunidade escolar. Algumas visitas familiares, seja por convite para virem até a escola, seja por uma visita agendada a uma família, porém não por motivo de indisciplina ou mau desempenho do aluno, aproximam a comunidade da escola e constroem vínculos sociais que corroboram para o crescimento da confiabilidade entre família e escola, garantindo melhorias no desenvolvimento dos alunos.

Outro dado que merece atenção são as preferências do Orientador Escolar em relação a alguns profissionais e em detrimento a outros, não sendo salutar para o ambiente profissional, podendo gerar insatisfações e comprometendo o trabalho de orientação.

O convívio prolongado entre o Or. E., professores, demais membros da equipe técnica e funcionários pode ensejar a ele o conhecimento de fatos em relação aos quais deve ser absolutamente discreto para que não seja afetada a relação de confiança e não se instale um clima desagradável de desconfiança e de desarmonia entre todos. (GICAGLIA; PENTEADO, 2015, p. 78).

Sabe-se que o ser humano, via de regra, naturalmente aproxima-se daqueles que compartilham de suas afinidades. Todavia, quando nos referimos ao ambiente de trabalho, tal comportamento não é bem-vindo, pois além de gerar desconforto e possíveis “focacas”, que acabam se disseminando e contagiando de forma negativa o grupo, provocam descontentamentos que irão, de alguma forma, refletir no trabalho da instituição escolar, podendo chegar ao aluno. Portanto, o Orientador Escolar deve conscientizar-se de seu papel enquanto mediador e facilitador entre todos, procurando ser justo em suas decisões de forma profissional, obedecendo às diretrizes da educação e às normas que regem o ambiente escolar como um todo.

Constatou-se que a preservação dos alunos é respeitada, visto que a maioria dos Orientadores Escolares não tece comentários que possam gerar possíveis constrangimentos aos mesmos. Esse “filtro” que é feito pelo Orientador Escolar é de suma importância para não incitar rótulos ou pré-conceitos relacionados àqueles alunos que necessitam de um olhar mais atento do professor, seja por dificuldades de ensino e aprendizagem, seja por condições socioeconômicas, que geram distanciamentos e impedem a formação de vínculos afetivos, os quais, já mencionados neste trabalho, são elos que contribuem com a disciplina que interfere no aprendizado dos alunos. O cuidado que o Orientador Escolar e os professores devem ter é de não omitir ou não dar importância a certos comportamentos que são observados em sala de aula ou demais contextos onde alunos circulam, e que podem causar impactos negativos na aprendizagem, atribuindo juízos de valor a comportamentos indisciplinados, que poderão ser reflexos de dificuldades de aprendizagem cognitivas, transtornos psíquicos, afetivos ou mentais. Além disso, ouvir a família e preencher a ficha anamnese²⁴ dos alunos que ingressam na escola trará suporte ao Orientador Escolar que, após analisá-las e ouvir as famílias, terá subsídios para conduzir de forma adequada ações que venham a contribuir com o

²⁴ A história de vida ou anamnese psicopedagógica é uma técnica direcionada aos pais ou responsável, que pode ser aplicada em diferentes momentos, tanto antes quanto após a entrevista inicial com o aluno, dependendo da necessidade. [...] Este instrumento permite a obtenção e análise de dados, desde a concepção ao momento atual da vida do aluno, considerando que se trata de uma investigação profunda e detalhada. Através da anamnese, é possível levantar hipóteses que poderão justificar a defasagem do indivíduo, bem como nos auxiliar na seleção de outros instrumentos do diagnóstico, com base nas hipóteses levantadas.

A interpretação da história de vida ou anamnese psicopedagógica é fundamental, por subsidiar o levantamento das hipóteses e o delineamento da investigação, ou seja, o que se aplicará em outras investigações. Disponível em: <http://loanycosta.blogspot.com.br/2011/08/historia-de-vida-ou-anamnese.html> Acesso em 18.02.2016.

desenvolvimento do aluno, através de currículos diferenciados – se for o caso –, respeitando seus limites e capacidade de aprendizagem, e acompanhando-o em processos que incluem outros profissionais que possam colaborar com o crescimento cognitivo e social deste aluno.

Quem pode exercer a função de Orientador Escolar? Na realidade das escolas dos pesquisados, a maioria dos professores considera e vê com importância a função do Orientador Escolar, uma vez que esse profissional faz a diferença nas práticas pedagógicas e no processo do ensino e aprendizagem. Entende-se, assim, que o profissional que irá atuar nesta função deverá estar inteirado de suas atribuições e postura como agente formador e conciliador entre todos os que estão inseridos no ambiente profissional da educação. Incluo, aqui, a pergunta: *O que rezam as leis educacionais sobre a matéria?* Como visto, há leis que não só regulamentam, como evidenciam o profissional da Orientação Escolar. Essas Leis, decretos e o código de ética, devem estar inclusas no momento da escrita do PPP e ser conhecidas pelos professores, pois elas garantem não só a qualificação da função, como a sua importância no trato com os alunos, profissionais da escola e comunidade em geral. Ao se inteirar das leis, o Orientador Escolar, ou aquele que ocupa o cargo (pois, por vezes, outro educador assume essa função) deverá garantir direitos e proclamar os deveres dos alunos, professores e familiares no que diz respeito ao trato com os envolvidos no processo do ensino e aprendizagem, municiando-se de leis que preservem não só aos outros, mas a si próprio e à instituição, em todos os aspectos.

Conclui-se, desta maneira, que a amostragem colhida, apesar de simbólica no universo de profissionais da área da educação que comporta a Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, propõe que ao olhar do professor existe o reconhecimento da importância das funções que são designadas ao Orientador Escolar, e contam com o seu suporte no processo do ensino e aprendizagem, interagindo entre escola e comunidade escolar, corrigindo problemas disciplinares e comportamentais dos alunos, que interferem no seu próprio desempenho e dos colegas. Contudo, creio que, em outro momento, há necessidade de aprofundar este assunto, talvez pelo viés do cotidiano escolar pedagógico, das vivências do profissional Orientador Escolar e sua atuação, de seus êxitos, dificuldades e oportunidades de melhoria na qualidade do serviço prestado na comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: 24 set. 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 03 nov. 2016.

CORTELLA, Mario, Sergio. **Pensar bem nos faz bem!: 1. Filosofia, religião, ciência e educação**. – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Ferraz & Cortella, 2014.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na Prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**. – 6ª ed. – São Paulo: Cengage learning, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução de Marcus Penchel. In: Instituto Veritas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999. Disponível em: <http://www.institutoveritas.net/livros-digitalizados.php?baixar=113>. Acesso em 10 jan. 2017.

MIRANDA, Irene Maria. **Problema de Aprendizagem na Alfabetização e Intervenção Escolar**. - 2 ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

RELVAS, Marta Pires. Neurociência do Aprendizado e a Sala de Aula. In.: METRING, Roberte; SAMPAIO, Simaia (Org.). **Neuropsicopedagogia e Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Edidora, 2016. cap. 15, p. 199 - 215.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docente e Formação Profissional**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THEODORO, JANICE. Educação para um Mundo em Transformação. In.: KARNAL, LEANDRO (Org.). **História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e propostas**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.49-56.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção Possível**. 29 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

VIEIRA, Adriano José Hertzog. **Educador/a? – Presente!**. Brasília: Trampolim, 2016.

APÊNDICE – QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO

O questionário aplicado na pesquisa contém 17 perguntas, apresentadas a seguir:

- 1) Tipo de escola em que atua:
 - Pública;
 - Particular.

- 2) Cidade de localização da escola.

- 3) Cargo ou função que exerce na escola:
 - Professor Ensino Fundamental;
 - Professor Ensino Médio;
 - Professor Educação Infantil.

- 4) Tempo e atuação na função:
 - Até 1 ano;
 - De 1 a 3 anos;
 - 4 anos ou mais.

- 5) Formação na área da educação:
 - Magistério;
 - Pedagogia;
 - Ciências naturais e exatas: Biologia, Física, Química, Matemática;
 - Ciências humanas: Filosofia, Comunicação, Psicologia, História, Administração, Ciência Política, Letras;
 - Especialização;
 - Mestrado;
 - Doutorado.

- 6) Já exerceu cargo na gestão escolar?
 - Sim;

Não.

7) Você tem conhecimento do Plano Anual de ações do Orientador Escolar da sua escola?

Sim;

Não.

8) O que você entende por Orientação Educacional?

9) Você tem conhecimento das funções designadas ao Orientador Escolar?

Sim;

Não;

Nunca ouvi falar.

10) O Orientador Escolar de sua escola atua junto aos alunos?

Sim, de forma preventiva através de palestras e atividades que contribuem com o aprendizado e formação pessoal.

Sim, em situações de conflitos e baixo desempenho escolar.

Nenhuma das opções acima, simplesmente ocupa o cargo na escola.

11) As práticas do Orientador Escolar incluem a formação dos professores?

Sim;

Não.

12) O Orientador Escolar faz visitas às famílias da comunidade escolar, coletando informações que venham a contribuir com o desenvolvimento e desempenho escolar dos alunos?

Sim;

Não;

Somente em casos específicos.

13) O Orientador Escolar faz encaminhamentos, interagindo com outros profissionais com os quais os alunos fazem algum tipo de tratamento?

Sim;

Não;

Desconheço tal prática.

14) Há acompanhamento das práticas de sala de aula, e planos de estudos dos professores pelo Orientador Escolar?

Sim;

Não;

Em casos específicos de alunos que precisam de plano de currículo diferenciado.

15) Na sua opinião, existem, por parte da Orientação Escolar, comentários sobre comportamentos, dificuldades, transtornos (emocional, físico ou psíquico), que eticamente não deveriam ser expostos, comprometendo a imagem do aluno e permitindo certo preconceito no contexto escolar?

Sim;

Não.

16) A Orientação Escolar demonstra preferências por alguns profissionais da escola em detrimento de outros?

Sim;

Não.

17) Em sua opinião, o Orientador Escolar faz diferença na sua escola?

Sim;

Não;

É indiferente, pois não contribui com o processo do ensino e aprendizagem.